



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANTONIO DIEGO MESQUITA DE SOUSA

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL DAS REGIÕES NORDESTE,
SUDESTE E SUL DO BRASIL NO PERÍODO DE 2004 A 2014

FORTALEZA
2017

ANTONIO DIEGO MESQUITA DE SOUSA

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL DAS REGIÕES NORDESTE,
SUDESTE E SUL DO BRASIL NO PERÍODO DE 2004 A 2014

Monografia apresentada à Faculdade de
Economia, Administração, Atuária e
Contabilidade, como requisito parcial para
a obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. José de Jesus Sousa
Lemos

FORTALEZA
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Sousa, Antonio Diego Mesquita de.

Evolução do índice de exclusão social das regiões Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil no período de 2004 a 2014 / Antonio Diego Mesquita de Sousa. – 2017.

68 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2017.

Orientação: Prof. Dr. José de Jesus Sousa Lemos.

1. Exclusão social. 2. Pobreza. 3. Indicadores sociais e econômicos. 4. Desigualdade. I. Título.

CDD 330

ANTONIO DIEGO MESQUITA DE SOUSA

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL DAS REGIÕES NORDESTE,
SUDESTE E SUL DO BRASIL NO PERÍODO DE 2004 A 2014

Monografia apresentada à Faculdade de
Economia, Administração, Atuária e
Contabilidade, como requisito parcial para
a obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. José de Jesus Sousa
Lemos

Aprovada em: 17/07/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José de Jesus Sousa Lemos (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Kilmer Coelho Campos (Examinador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Ma. Lydia Maria Portela Fernandes (Examinadora)
Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA)

Aos meus amados pais, Antonio e Raimunda.

AGRADECIMENTOS

A Deus por todas as bênçãos que recebo diariamente.

Aos meus pais, pelo amor, carinho, sacrifício, incentivo e apoio incondicional.

A minha irmã, pela admiração e confiança.

Ao Prof. Dr. José de Jesus Sousa Lemos pela orientação precisa e objetiva e pela disponibilidade, apesar de tantas ocupações.

Aos professores participantes da Banca examinadora Kilmer Coelho Campos e Lydia Maria Portela Fernandes pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos meus amigos que estiveram presentes durante toda a vida acadêmica.

A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação.

“O dinheiro tem que servir, não governar.”
(Papa Francisco)

RESUMO

As desigualdades econômicas e sociais existentes no Brasil compõem um cenário de injustiça social vivenciado por milhões de pessoas que se encontram privadas do acesso a condições minimamente necessárias para alcançar padrões dignos de renda e ativos sociais. A exclusão social atinge um elevado número de famílias brasileiras, especialmente no Nordeste, a região que apresenta as maiores carências econômicas, educacionais e de serviços básicos. Enquanto as regiões que possuem os melhores desempenhos nos indicadores econômicos e sociais no Brasil são as regiões Sul e Sudeste. Este estudo tem como objetivo geral analisar os indicadores sociais e econômicos do Nordeste em comparação com o Sudeste e Sul do Brasil, aferindo a dinâmica da variação de cada indicador durante o período de 2004-2014 para as regiões e estados, assim como para as áreas urbanas e rurais. Como embasamento teórico, foi utilizado o Índice de Exclusão Social (IES), criado por Lemos (2012), que utiliza vários indicadores de privação de renda, educação e serviços essenciais para aferir os padrões de exclusão social. Os dados foram retirados das Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (PNAD) realizadas anualmente. As conclusões mostram que as pequenas melhorias ocorridas no período não foram suficientes para modificar o cenário existente no começo da análise. O Nordeste continua a apresentar os piores indicadores e o caminho para diminuir as desigualdades existentes não apresenta perspectiva de melhora significativa no período.

Palavras-chave: Exclusão social. Pobreza. Indicadores sociais e econômicos. Desigualdade.

ABSTRACT

The economic and social inequalities that exist in Brazil constitute a scenario of social injustice experienced by millions of people who are deprived of access to conditions that are minimally necessary to reach decent income standards and social assets. Social exclusion affects a large number of Brazilian families, especially in the Northeast, the region with the greatest economic, educational and basic service's needs. While the regions with the best performance in economic and social indicators in Brazil are the South and Southeast regions. This study has the general objective of analyzing the social and economic indicators of the Northeast in comparison to the Southeast and South of Brazil, assessing the dynamics of the variation of each indicator during the period 2004-2014 for the regions and states, as well as for the areas Urban and rural areas. As a theoretical basis, the Social Exclusion Index (IES), created by Lemos (2012), was used, which uses several indicators of income deprivation, education and essential services to measure social exclusion patterns. The data were taken from National Surveys by Household Samples (PNAD) performed annually. The conclusions show that the small improvements occurred in the period were not sufficient to modify the existing scenario at the beginning of the analysis. The Northeast continues to present the worst indicators and the way to reduce existing inequalities does not present a prospect of significant improvement in the period.

Keywords: Social exclusion. Poverty. Social and economic indicators. Inequality.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da população maior de quinze (15) anos analfabeta – Passivo Social Geral (%).....	33
Tabela 2 – Evolução da população maior de quinze (15) anos analfabeta nas áreas urbanas – Passivo Social Urbano (%).....	35
Tabela 3 – Evolução da população maior de quinze (15) anos analfabeta nas áreas rurais – Passivo Social Rural (%).....	36
Tabela 4 – Evolução da população que sobrevive em domicílios cuja renda varia entre zero e dois salários mínimos – Passivo Econômico Geral (%).....	38
Tabela 5 – Evolução da população que sobrevive em domicílios cuja renda varia entre zero e dois salários mínimos nas áreas urbanas – Passivo Econômico Urbano (%).....	39
Tabela 6 – Evolução da população que sobrevive em domicílios cuja renda varia entre zero e dois salários mínimos nas áreas rurais – Passivo Econômico Rural (%).....	41
Tabela 7 – Evolução da população que sobrevive em domicílios privados do acesso ao serviço de água encanada com, ao menos, um ponto de torneira dentro de casa – Privagua Geral (%).....	42
Tabela 8 – Evolução da população que sobrevive em domicílios privados do acesso ao serviço de água encanada com, ao menos, um ponto de torneira dentro de casa nas áreas urbanas – Privagua Urbano (%).....	44
Tabela 9 – Evolução da população que sobrevive em domicílios privados do acesso ao serviço de água encanada com, ao menos, um ponto de torneira dentro de casa nas áreas rurais – Privagua Rural (%).....	45
Tabela 10 – Evolução da população que sobrevive em domicílios privados do serviço de esgotamento sanitário ou, ao menos, fossa séptica – Privsane Geral (%).....	48
Tabela 11 – Evolução da população que sobrevive em domicílios privados do serviço de esgotamento sanitário ou, ao menos, fossa séptica nas áreas urbanas – Privsane Urbano (%).....	49

Tabela 12 – Evolução da população que sobrevive em domicílios privados do serviço de esgotamento sanitário ou, ao menos, fossa séptica nas áreas rurais – Privsane Rural (%).....	50
Tabela 13 – Evolução da população que sobrevive em domicílios privados do serviço de coleta sistemática de lixo, direta ou indiretamente – Privlixo Geral (%).....	52
Tabela 14 – Evolução da população que sobrevive em domicílios privados do serviço de coleta sistemática de lixo, direta ou indiretamente, nas áreas urbanas – Privlixo Urbano (%).....	53
Tabela 15 – Evolução da população que sobrevive em domicílios privados do serviço de coleta sistemática de lixo, direta ou indiretamente, nas áreas rurais – Privlixo Rural (%).....	54
Tabela 16 – Evolução do Passivo Ambiental Geral (%).....	55
Tabela 17 – Evolução do Passivo Ambiental nas áreas urbanas – Passivo Ambiental Urbano (%).....	57
Tabela 18 – Evolução do Passivo Ambiental nas áreas rurais – Passivo Ambiental Rural (%).....	58
Tabela 19 – Evolução do Índice de Exclusão Social Geral – IES Geral (%).....	60
Tabela 20 – Evolução do Índice de Exclusão Social nas áreas urbanas – IES Urbano (%).....	62
Tabela 21 – Evolução do Índice de Exclusão Social nas áreas rurais – IES Rural (%).....	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Índice de Exclusão Social
ONU	Organização das Nações Unidas
PASSAMBI	Passivo Ambiental
PASSECON	Passivo Econômico
PASSOCIA	Passivo Social
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNB	Produto Nacional Bruto
PRIVAGUA	Percentual da população que sobrevive em domicílios privados do acesso ao serviço de água encanada com, ao menos, um ponto de torneira dentro de casa
PRIVLIXO	Percentual da população que sobrevive em domicílios privados do serviço de coleta sistemática de lixo, direta ou indiretamente
PRIVSANE	Percentual da população que sobrevive em domicílios privados do serviço de esgotamento sanitário ou, ao menos, fossa séptica
UAF	Unidade Agrícola Familiar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	O problema e sua importância	13
1.2	Objetivos	17
<i>1.2.1</i>	<i>Objetivo geral</i>	17
<i>1.2.2</i>	<i>Objetivos específicos</i>	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1	Crescimento e desenvolvimento econômico	18
2.2	Conceitos de desenvolvimento econômico e rural sustentável	19
2.3	Abordagens sobre a pobreza	22
2.4	Pobreza absoluta e relativa	26
2.5	Exclusão social e degradação ambiental	28
3	METODOLOGIA	31
3.1	Natureza e fonte de dados	31
3.2	Método de análise	31
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	33
4.1	Evolução do passivo social entre 2004 e 2014	33
4.2	Evolução do passivo econômico entre 2004 e 2014	37
4.3	Evolução do passivo ambiental entre 2004 e 2014	41
<i>4.3.1</i>	<i>Evolução da privação de acesso à água encanada (privagua) entre 2004 e 2014</i>	41
<i>4.3.2</i>	<i>Evolução da privação de acesso a esgotamento sanitário ou fossa séptica (privsane) entre 2004 e 2014</i>	47
<i>4.3.3</i>	<i>Evolução da privação de acesso à coleta sistemática de lixo (privlixo) entre 2004 e 2014</i>	51
<i>4.3.4</i>	<i>Análise do passivo ambiental entre 2004 e 2014</i>	55
4.4	Evolução do índice de exclusão social entre 2004 e 2014	59
5	CONCLUSÕES	64
	REFERÊNCIAS	67

1 INTRODUÇÃO

1.1 O problema e sua importância

O Brasil é um país de dimensões continentais, cujas regiões apresentam grandes diferenças em termos culturais, sociais e econômicos. É inegável que o País possui várias riquezas naturais e um potencial de desenvolvimento bastante considerável. No entanto pode-se afirmar que uma das principais características da sociedade brasileira é a desigualdade social e econômica existente entre as regiões, que fica explícita ao se analisar a discrepância no que se refere aos indicadores econômicos e sociais, comprovando a desigualdade dentro do próprio País e evidenciando os grandes desequilíbrios dentre as regiões e estados.

A desigualdade brasileira expõe nitidamente a injustiça social que aparta um enorme contingente populacional do acesso às condições básicas de cidadania e dignidade; essa é uma questão histórica que se aprofundou ainda mais após a industrialização da economia nacional, a partir dos anos 1950, em concordância com a elevação da taxa de urbanização e com um aumento considerável dos níveis de desigualdade e de exclusão social entre as regiões e entre as áreas urbanas e rurais. Desse modo, existem algumas mais privilegiadas (especialmente as regiões Sul e Sudeste) que experimentam níveis favoráveis de bem estar social, em detrimento de algumas (destaque para a região Nordeste), que convivem com uma realidade bem mais triste e difícil, onde grande parte da população é desprovida das oportunidades de escolhas mais básicas para o desenvolvimento humano, apresentando elevados níveis de pobreza. Todavia não é correto afirmar que esse cenário é motivado pela escassez de recursos, mas sim pelo enorme nível de desigualdade na distribuição de renda como um elemento determinante para a pobreza no País. Barros (2001) defende que a origem da pobreza brasileira não está na escassez, absoluta ou relativa, de recursos, verificando que é justamente essa desigualdade na distribuição de renda que explica esse fenômeno.

Pode-se afirmar que o Brasil não é um país pobre, mas sim um país com muitos pobres. Essa proposição reflete o problema da desigualdade e da pobreza na sociedade brasileira, pobreza essa que tem como grande determinante a desigualdade social, refletida na assimetria da distribuição de renda e na falta de oportunidades de inclusão social, tendo como resultado o fenômeno da exclusão social, aferida por privações de renda e dos serviços essenciais para o desenvolvimento humano.

A pobreza é uma problemática que aflige todas as regiões brasileiras, todavia, é na região Nordeste onde se encontra o maior número de pessoas, não somente em termos de proporção, chagadas por esse problema crônico e histórico. A desigualdade fica ainda mais

perceptível quando se compara as regiões Sudeste e Sul do País, regiões mais desenvolvidas e que possuem os melhores indicadores sociais e de renda, com a região Nordeste, notadamente a mais atrasada e que convive com os piores indicadores sociais e econômicos do País.

A desigualdade existente entre essas regiões é fruto de processos produtivos que concentram a atividade econômica e a renda, impedindo que aconteça um efeito de transbordamento da riqueza gerada para as outras regiões brasileiras. Desse modo, a grande maioria dos insumos é alocada em algumas regiões mais favorecidas, além do que esses meios produtivos são apropriados e explorados por poucos, o que acarreta em um processo de desigualdade e injustiça social.

Engana-se quem pensa que as desigualdades podem ser resumidas pelo conceito de renda. Conforme Guimarães (2003), ao se reduzir a desigualdade social e de renda, haverá como decorrência uma redução nos conceitos e bases para que sejam compreendidos quais são os pontos estruturais que geram a pobreza e a desigualdade no Brasil, diminuindo a percepção dos possíveis meios para combater esse mal gerado pela concentração de renda.

Contudo, quando se trata do tema pobreza, deve-se levar em conta que esse fenômeno é apenas um resultado das condições socioeconômicas e estruturais. É preciso analisar esse processo de distribuição desigual dos meios de produção e concentração de renda. Uma vez feita essa análise, é possível haver condições para a investigação das suas verdadeiras causas e prováveis maneiras de combatê-la. As atividades socioeconômicas que geram os principais recursos estão concentradas nas regiões Sul e Sudeste. Enquanto isso, a maioria das cidades que possuem os piores indicadores sociais está situada no Nordeste.

A região Nordeste, apesar de representar aproximadamente 27% do total populacional do Brasil, abriga mais da metade dos pobres. Percebe-se que existe uma concentração da pobreza nessa região, o que não ocorre com tamanha intensidade nas regiões Sudeste e Sul, que concentram aproximadamente 53% do contingente populacional brasileiro. Com base nessas informações, pode-se perceber que existe uma enorme diferença no que se refere aos indicadores socioeconômicos entre as regiões mais desenvolvidas do Brasil (Sul e Sudeste) em detrimento daquelas menos desenvolvidas (Nordeste e Norte), um hiato muito grande dentro da mesma nação, é como se existissem dois “brasis” em um único País.

Desse modo, é possível observar as grandes contradições existentes no Brasil, onde uma parcela diminuta da população afeita padrões de renda e de qualidade de vida dignos dos observados em economias ricas, enquanto uma grande parcela da população sobrevive em condições bastante adversas, tanto de um ponto de vista de acesso a serviços essenciais como à renda. Isso demonstra as enormes assimetrias sociais e econômicas dentre e

dentro das regiões e estados brasileiros. Basta analisar os indicadores socioeconômicos do Brasil e verificar que as desigualdades ocorrem de forma sistemática, sempre em detrimento da população nordestina, principalmente. Essa região, de fato, é a mais carente, dentre todas as regiões brasileiras, sob qualquer estatística que se faça avaliação. Esses fatos sinalizam que deve ser gigantesco o esforço para uma mudança de percurso, reduzindo as desigualdades entre as regiões mais ricas e mais pobres do Brasil.

Brasil (2012) destaca que a desigualdade nacional está entre as 12 mais altas do mundo, apesar de se encontrar no piso das séries históricas, refletindo a queda registrada na última década. Essa constatação serve de alento, pois nos últimos anos o grau de desigualdade de renda no Brasil declinou de forma contínua, colaborando para a diminuição da pobreza e melhora nas condições de vida da população mais pobre, porém a manutenção dessa redução é de suma importância, uma vez que, apesar das melhorias, o Brasil ainda apresenta elevados níveis de desigualdade.

Barros, Foguel e Ulysea (2006) destacam algumas das causas para essa queda na desigualdade de renda, como as transformações demográficas, criação de postos de trabalho, redução nas desigualdades educacionais, maior integração do mercado de trabalho e as mudanças na rede de proteção social. Dentre essas mudanças na rede de proteção social, é possível destacar os programas de combate à pobreza que foram executados pelo Estado (em destaque os programas de transferência de renda, como Bolsa Família e Brasil sem Miséria), combate que se constitui numa responsabilidade social do Estado. Pois, de acordo com Brasil (2016), a própria Constituição Federal de 1988, em seus princípios fundamentais, no artigo 3º, estabelece como objetivo da República Federativa do Brasil, a erradicação da pobreza e marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Todavia a problemática da pobreza é algo bem mais complexo do que apenas a insuficiência de renda, vai mais além, como o não acesso a bens e serviços públicos, não acesso à água potável, saneamento básico, coleta sistemática de lixo e educação. Apesar dos avanços obtidos, essas melhorias ainda não surtiram efeito bastante significativo na efetiva redução da pobreza no Nordeste, que continua a enfrentar níveis elevados de exclusão social.

Analisando-se os indicadores socioeconômicos do País, fica confirmado que os estados da região Nordeste, em grande maioria, compõem o quadro das localidades de maiores carências. Desse modo, é profundamente necessário que as políticas públicas devam procurar por componentes que proporcionem a ocupação e a renda nessas localidades, em concordância com uma maior fiscalização dos programas assistencialistas, com

acompanhamento da evolução escolar das crianças cujas famílias são beneficiadas, contribuindo para uma redução no número dos indicadores de analfabetismo no Nordeste.

Albuquerque (1995) afirma que os países em desenvolvimento, apesar de obterem níveis relativamente elevados de diferenciação, complexidade econômica e industrialização, experimentam esse processo de forma bastante desigual e setorial, refletindo em disparidades sociais (interpessoais, inter-regionais e urbano-rurais), que são agravadas por assimetrias na distribuição do capital humano, o que resulta em disparidades de níveis de desenvolvimento e situações de pobreza extremamente diferentes, como é o caso do Brasil.

É consenso que o Estado deve implementar políticas eficazes no combate à pobreza. Entretanto para erradicar esse problema é preciso que seja definida uma estratégia que tenha como prioridade a redução das desigualdades sociais e da exclusão social que assola parte considerável da população brasileira, especialmente as populações das zonas rurais e da região Nordeste como um todo. O Brasil precisa urgentemente tratar dessa questão. Pois não é aceitável que algumas regiões concentrem as melhores condições de vida em detrimento de outra, que concentra as piores, o que caracteriza o Brasil como um país de grandes contradições.

Porém, para que seja possível entender a dinâmica da evolução dos processos concentradores de renda e da pobreza, é necessário abordar a situação política e econômica que o País atravessou durante e após o regime militar. O Brasil registrou a maior inflação do mundo no período de 1960-1995, assim o combate à inflação passou a ser o principal foco das políticas públicas a partir do início dos anos 1980. No entanto essas políticas não alcançaram o sucesso desejado (Laboratório Brasil, 2011). Salm (2006) caracteriza os anos 1980 como a década perdida, marcada pelo desemprego, queda do salário mínimo e inflação alta e crescente, o que aumentou ainda mais a profunda desigualdade brasileira.

De acordo com Brasil (2012), uma análise dos indicadores sociais do País baseados em renda até os anos 1990 era algo decepcionante. Pois os elevados índices de desigualdade observados desde 1970 mantinham-se constantes, ao passo que a renda média flutuava de acordo com choques externos e políticas internas que não alcançavam sucesso. Desse modo, a inflação avançava cada vez mais, provocando conflitos distributivos. A concentração de renda decorrente e as desigualdades intra e inter-regionais aumentaram o contingente de população carente, não apenas de renda, mas como de serviços essenciais. Somente com o advento do Plano Real é que foi possível controlar o processo inflacionário, fenômeno que atinge principalmente as famílias mais pobres, posicionadas nas bases das pirâmides econômica e social. Assim, é possível perceber que o agravamento da pobreza,

analisada como exclusão social, não é fruto do acaso, mas sim de processos concentradores que apartaram uma enorme parte da população do acesso às melhores condições de desenvolvimento social.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste estudo é fazer uma análise comparativa do Índice de Exclusão Social (IES) do Nordeste e seus Estados com aqueles das regiões Sudeste e Sul e seus respectivos Estados durante o período de 2004 a 2014.

1.2.2 Objetivos específicos

O trabalho apresenta os seguintes objetivos específicos:

A – Aferir a evolução/involução dos indicadores de educação, renda, acesso à água encanada, saneamento básico e coleta sistemática de lixo da região Nordeste e seus Estados *vis a vis* aqueles das regiões Sudeste e Sul e seus respectivos Estados no período de 2004 a 2014 com desdobramentos para as áreas urbanas e rurais;

B – Estimar o Índice de Exclusão Social (IES) do Nordeste e seus Estados comparativamente ao das regiões Sudeste e Sul e seus respectivos Estados com desdobramentos para as áreas rurais e urbanas no período 2004-2014.

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: na sequência serão detalhados, respectivamente, o referencial teórico, o qual discorre sobre a problemática da pobreza, mostrando conceitos essenciais para o entendimento desse problema não somente como insuficiência de renda, mas como algo multidimensional, sendo entendida através de uma abordagem mais ampla, como exclusão social, e a metodologia aplicada, que utiliza o Índice de Exclusão Social (IES), criado por Lemos (2012), para aferir esses níveis de exclusões em cada um dos indicadores que o compõem, por meio de dados obtidos pelas Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (PNAD) anuais para as regiões Nordeste, Sudeste e Sul do País, bem como seus Estados e os desdobramentos para as áreas urbanas e rurais e os consequentes resultados obtidos entre 2004 e 2014. Por último, serão feitas as considerações finais ou conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Crescimento e desenvolvimento econômico

É comum que algumas pessoas confundam os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico, porém existem diferenças entre eles. É possível afirmar que não há desenvolvimento econômico sem crescimento econômico, porém a recíproca não é verdadeira.

De acordo com Sandroni (1999), crescimento econômico vem a ser o aumento da capacidade produtiva da economia, determinado basicamente pelo índice de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*, ao passo que o desenvolvimento econômico é traduzido pelo crescimento econômico acompanhado pela melhoria do padrão de vida populacional, além de mudanças fundamentais na estrutura da economia.

Desse modo, é possível compreender as diferenças existentes entre esses dois conceitos. O desenvolvimento econômico é bem mais abrangente que o crescimento econômico, sendo considerado como um transbordamento do crescimento econômico para toda a população, refletido no padrão das transformações econômicas, estruturais e sociais, tendo como resultado uma melhoria progressiva generalizada no cotidiano da sociedade. Segundo Schumpeter (1997), o desenvolvimento econômico realiza transformações estruturais do sistema econômico que o simples crescimento da renda *per capita* não é capaz de assegurar. Para ilustrar tal afirmação, basta tomar como exemplo uma sociedade constituída por cinco pessoas, onde 1 pessoa tem renda 5 e o restante renda 0, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* é igual a 1. Do mesmo modo, se as 5 pessoas obtivessem, cada uma, renda igual a 1, o PIB seria o mesmo. Ou seja, o simples crescimento do produto leva em consideração somente a soma das riquezas e não questões relacionadas à desigualdade.

Rocha (2006) afirma que não necessariamente as questões fundamentais relacionadas à pobreza e à desigualdade são equacionadas diretamente como resultado do crescimento econômico. Muito pelo contrário, pois até mesmo em casos onde há crescimento econômico considerável, essa expansão do produto não é propagada para a sociedade como um todo. Um exemplo claro disso é a existência de periferias marginalizadas, localizadas em grandes metrópoles de países ricos com níveis elevados de crescimento econômico.

Banco Mundial (2007) destaca que o crescimento econômico a partir de uma base ampla é importante, porém são igualmente importantes a educação básica de qualidade e a oferta de serviços de saúde visando o bem-estar social. Com base nos conceitos apresentados, torna-se claro que utilizar apenas o crescimento econômico de forma isolada como medida

para aferir os níveis de bem-estar e de qualidade de vida da sociedade é uma maneira equivocada de analisar desenvolvimento, visto que o desenvolvimento engloba e supera a ideia de crescimento. Segundo Furtado (1983), o crescimento é o aumento da produção ou do fluxo de renda, enquanto o desenvolvimento compreende as repercussões do crescimento econômico numa estrutura bem mais complexa que envolve toda a sociedade.

Siedenberg (2003) defende que os indicadores de desenvolvimento socioeconômico devem compreender, além daqueles que constituem o crescimento econômico, indicadores sociais, habitacionais e ambientais, como: saúde, educação, acesso à água potável, acesso a instalações sanitárias e esgoto, dentre outros. Tais indicadores deveriam estar atrelados a um bom padrão de renda monetária familiar, tornando-se possível o acesso aos bens e serviços necessários para esses indivíduos.

A partir de 1990, a Organização das Nações Unidas (ONU) vem utilizando uma abordagem bem mais abrangente sobre o desenvolvimento econômico: trata-se do conceito de Desenvolvimento Humano. Segundo ONU (1990), em seu relatório de desenvolvimento humano, esse novo conceito é definido pelo processo de alargamento das escolhas dos indivíduos; cujas escolhas mais cruciais consistem em viver uma vida longa e saudável, adquirir conhecimentos, além de gozar um nível de renda digna.

De acordo com ONU (1994), a riqueza é de grande importância para a vida humana, porém monopolizar todas as atenções nesse indicador não é correto, uma vez que existem outras escolhas do indivíduo que a riqueza não é capaz de preencher, pois as escolhas humanas vão além do bem-estar econômico. Não é somente o nível de renda de um indivíduo que é fundamental, mas sim as escolhas que os indivíduos da sociedade fazem para se alcançar o bem-estar social e econômico. Porém, em todos os níveis de desenvolvimento, existem três aspectos cruciais, como dito anteriormente, que são: desfrutar de uma vida longa e saudável, adquirir conhecimentos, e ter acesso aos recursos necessários para atingir padrões dignos de vida. Desse modo, o conceito de Desenvolvimento Humano possui três bases fundamentais, que são: longevidade, educação e renda monetária.

2.2 Conceitos de desenvolvimento econômico e rural sustentável

Como demonstrado anteriormente, uma nova abordagem do desenvolvimento vem ganhando destaque nos últimos anos. Abordagem que reforça os desejos e necessidades do ser humano como pontos cruciais do processo de desenvolvimento.

Segundo ONU (1997), o desenvolvimento precisa promover a melhora dos níveis de bem-estar dos indivíduos, priorizando as necessidades de toda a população, para que se

possa ser produtivamente sustentável para as futuras gerações, eliminando a pobreza e criando empregos produtivos para todos.

Pode-se entender o desenvolvimento econômico sustentável como uma estratégia que manipula os ativos de forma eficiente para elevar não somente a riqueza, mas os níveis de bem-estar de longo prazo, além de buscar mecanismos que minimizem a depredação da base produtiva, inclusive os recursos naturais, para não comprometer as futuras gerações.

De acordo com ONU (2014), o resultado proveniente da convergência das diversas vulnerabilidades, como as decorrentes da insegurança econômica, ambiental e de saúde, acaba por expor os indivíduos a riscos, ameaçando o desenvolvimento humano, uma vez que essa vulnerabilidade é resultado justamente do oposto do conceito de desenvolvimento humano, que é a restrição das escolhas fundamentais dos indivíduos. Desse modo, é possível afirmar que o progresso econômico não será sustentável, muito menos equitativo, a não ser que essa condição seja tratada sistematicamente através da alteração das políticas públicas, visando garantir o acesso aos serviços básicos, como saúde e educação, promovendo bem-estar social.

O fenômeno da migração da população rural para os centros urbanos, em busca de melhores condições de vida, traz consigo consequências que são refletidas no cotidiano das grandes cidades, acarretando problemas urbanos, como inchaço populacional, aumento das submoradias, desemprego, subemprego, dentre outros, problemas esses que são decorrentes justamente da falta de desenvolvimento rural. Santos Júnior, Menezes-Filho e Ferreira (2005) destacam que esses movimentos migratórios acontecem porque o país apresenta grandes diferenças de renda entre as regiões. Seguindo essa mesma linha, Procópio, Bastos e Freguglia (2014) reiteram que as regiões com maiores rendas *per capita* e níveis de desenvolvimento, metrópoles e grandes centros urbanos, acabam por atrair esses trabalhadores que anseiam por melhores oportunidades de emprego e renda.

Hoffmann e Ney (2003) afirmam que a desigualdade de rendimentos na agricultura, que é a atividade mais comum nas regiões rurais, apresenta nível de pobreza mais elevado do que os demais setores de atividade, tendo sua renda média bem inferior àquela observada no setor industrial ou de serviços, acarretando um quadro persistente, uma vez que a posse de terra geralmente está associada à herança e o capital físico é o principal determinante da renda.

De acordo com essas condições, fica evidente a necessidade da promoção do desenvolvimento rural, pois caso as famílias que vivem nas zonas rurais tivessem acesso a terras compatíveis para a sustentação da casa, acesso aos serviços essenciais, como educação,

água potável, saneamento básico, coleta sistemática de lixo e renda monetária, essa população rural não teria a necessidade de abandonar suas terras para embarcar numa jornada em busca de condições de vida menos degradantes nos conglomerados urbanos; evitando, desse modo, os problemas ocasionados pela migração da população rural.

Segundo Assis (2006), o desenvolvimento rural sustentável necessita de uma lógica econômica e social que possibilite o desenvolvimento de várias formas de agricultura, especialmente a agricultura familiar, com a implementação de políticas públicas específicas nas áreas de crédito, pesquisa e extensão, buscando fomentar a produção e estimular a organização autônoma de agricultores familiares.

Desse modo, entende-se o desenvolvimento rural sustentável como um conjunto de ações que possibilitem melhorar a qualidade de vida das populações rurais, com uso adequado e sustentável da terra e dos recursos naturais. Porém, para que isso seja possível, o papel do Estado é fundamental, incentivando as unidades agrícolas familiares (UAF), prestando assistência técnica, viabilizando conhecimento de novos procedimentos adaptados à realidade local e promovendo o acesso igualitário aos serviços essenciais para essas famílias.

Entretanto, de acordo com Buainain (2006), a sustentabilidade do desenvolvimento rural apenas será garantida pela possibilidade de a agricultura familiar viabilizar-se economicamente, sendo capaz de competir com outras modalidades de organização produtiva. Os agricultores familiares devem ser tratados como agentes econômicos. Em concordância, Helfand, Rocha e Vinhais (2009) afirmam que a redução contínua da pobreza e da desigualdade rural necessita, de maneira vital, de políticas que reforcem a competitividade da agricultura familiar, melhorando a qualidade dos trabalhos e os salários.

Fica evidente a importância de atividades produtivas para a geração de renda e desenvolvimento nas zonas rurais. Porém não são somente essas ações que visam os aspectos produtivos que devem ser estimuladas pelo Estado, pois também é preciso viabilizar o acesso aos serviços essenciais para as comunidades rurais, como educação, água potável, saneamento básico e coleta sistemática de lixo. Abordando dois desses serviços essenciais, ONU (2006), em seu relatório de desenvolvimento humano, afirma que os acessos à água potável e ao saneamento básico são fundamentais para o progresso do desenvolvimento humano e que o pressuposto base para a ação pública seria o reconhecimento de que esses são direitos humanos básicos. Esse trabalho também ilustra que aproximadamente metade das pessoas dos países em desenvolvimento, em algum momento da vida, sofre com uma ou mais das principais doenças associadas à provisão inadequada de água e saneamento. Essas seriam

ações minimamente necessárias para que se tenha início um processo de revolução social mitigadora dos indicadores de pobreza e de exclusão social que são observados nas áreas rurais do Brasil, principalmente no Nordeste. Portanto, o desenvolvimento rural sustentável é compreendido como o avanço generalizado da qualidade de vida das famílias rurais, tendo como desdobramento o progresso e a inclusão social.

2.3 Abordagens sobre a pobreza

Segundo ONU (1997), em seu relatório de desenvolvimento humano, a pobreza significa a negação das oportunidades de escolhas mais básicas para o desenvolvimento humano. Desse modo, compreende-se que essa abordagem envolve não somente a falta ou necessidade de bens materiais, mas sim a negação de oportunidades para se viver uma vida razoável e digna.

De acordo com Banco Mundial (2001, p. 15),

Ser pobre é passar fome, carecer de habitação e vestuário, estar doente e não ser tratado, ser analfabeto e não ter escolarização. Mas, para os pobres, viver na pobreza não é só isto. Os pobres são particularmente vulneráveis a eventos adversos que escapam do seu controle. Muito frequentemente, são desconsiderados pelas instituições estatais e sociais, que os excluem do exercício de influência e poder.

Reforçando a ideia de que o conceito de pobreza não pode ser visto somente como insuficiência de renda, Sen (1999 *apud* VINHAIS; SOUZA, 2006) aborda esse fenômeno de maneira mais ampla, onde a pobreza supera o âmbito apenas monetário, sendo relacionada à privação da liberdade e da capacidade do indivíduo para levar o tipo de vida que ele valoriza. Todavia, isso não quer dizer que a privação de renda não seja uma variável relevante para que se possa analisar esse fenômeno, pelo contrário. Medeiros (2012) destaca que a insuficiência de renda precisa ser entendida como uma das diversas dimensões relevantes da pobreza, porém não a única.

Conforme ONU (1997), a pobreza possui várias facetas, constituindo-se como algo muito mais complexo do que simplesmente baixo rendimento monetário, sendo refletida em baixos níveis de saúde e educação, gerando privações e acarretando na incapacidade do exercício da cidadania por parte do indivíduo, que acaba não podendo garantir seus direitos humanos e políticos, tendo como consequência a ausência de dignidade, confiança e autoestima.

De acordo com o que foi apresentado, fica evidente a complexidade que o fenômeno da pobreza possui, porém é possível afirmar que a pobreza vem a ser fruto de uma cruel relação entre processos políticos, econômicos e sociais, que intensificam e ampliam as

condições de privação que os pobres enfrentam. Numa sociedade desigual como a brasileira, em que o poder político é concentrado nas mãos de uma diminuta camada da população que, na maioria das vezes, também dispõe do poder econômico, os pobres acabam sendo vítimas da corrupção, abandono e arbitrariedade por parte do Estado que não oferece serviços públicos de qualidade em áreas essenciais como educação e saúde.

Segundo Banco Mundial (2001, p. 1),

Os pobres vivem sem a liberdade fundamental de ações e escolha que os que estão em melhor situação dão por certo. Muitas vezes não dispõem de condições adequadas de alimentação, abrigo, educação e saúde; essas privações os impedem de levar o tipo de vida que todos valorizam. Além disso, são extremamente vulneráveis a doenças, crises econômicas e catástrofes naturais. Frequentemente não são bem tratados por instituições do Estado e da sociedade e não podem influenciar as decisões que afetam sua vida. Essas são as diversas dimensões da pobreza.

Rocha (2006) destaca que, apesar de um fenômeno complexo, a pobreza pode ser definida de uma maneira superficial como a situação na qual as diferentes necessidades do indivíduo não são atendidas de modo satisfatório, sendo que a determinação dessas necessidades depende substancialmente do nível de vida da sociedade em questão e do modo como as diversas necessidades são atendidas em determinada conjuntura socioeconômica, isto é, ser pobre significa que o indivíduo não desfruta dos recursos para atuar de maneira conveniente no grupo social em que está inserido.

Barros, Henriques e Mendonça (2000) afirmam que a pobreza não pode ser definida de uma maneira única e universal. Todavia, é possível afirmar que se trata de situações de carência em que os indivíduos não são capazes de manter um padrão mínimo em proporção com as referências socialmente estabelecidas.

Desse modo, entende-se que a pobreza é um fenômeno de muitas dimensões, não abrangendo apenas a privação material, pois essa situação acaba por gerar desdobramentos em vários outros aspectos fundamentais da existência, refletindo em condições adversas de vida e de participação social. A noção de pobreza deve ser ampliada, envolvendo um entendimento mais profundo que aborde seus diferentes aspectos, como um baixo nível de educação e saúde, falta de influência e poder; trata-se de um contexto no qual a liberdade do indivíduo de fazer escolhas para se desfrutar da vida que ele prefere é rigorosamente delimitada, onde suas necessidades não são atendidas de maneira apropriada.

Crespo e Gurovitz (2002) destacam que a conceituação de pobreza é uma tarefa bastante complexa, uma vez que pode ser abordada através de distintas interpretações. Uma delas é definir a pobreza como uma condição ou uma etapa na vida de um indivíduo ou de

uma família em relação a uma linha imaginária, comumente definida arbitrariamente e baseada em renda monetária.

Banco Mundial (2001) propõe que a linha de pobreza, sendo o limite crítico de renda ou de consumo abaixo do qual um indivíduo é considerado pobre, é um instrumento essencial no desenvolvimento de medidas de pobreza de renda e de consumo. Banco Mundial (2007) determina como condição de pobreza a posição de um indivíduo ou família em relação à linha de pobreza, que é justamente uma linha imaginária, cujo valor é firmado ao longo do tempo, baseado em renda monetária. Caso o indivíduo esteja situado abaixo dessa linha, ele é considerado como pobre, caso esteja acima dessa linha, ele não é considerado como pobre.

A pobreza é um fenômeno complexo e multidimensional, muito mais abrangente que somente a privação de renda ou desenvolvimento humano inadequado. Trata-se de um tema bastante profundo para ser reduzido somente como uma simples dimensão da vida humana. Portanto, para que se possa entender esse intrincado e controvertido conceito, é necessária uma análise com base em diferentes perspectivas.

De acordo com ONU (1997), em seu relatório de desenvolvimento humano, com o passar dos anos, o conceito de pobreza tem sido definido em diferentes concepções: perspectiva de rendimento, perspectiva das necessidades básicas e perspectiva de capacidade.

A perspectiva de rendimento determina que um indivíduo é pobre se o nível de rendimento dele estiver situado abaixo de uma linha estabelecida como linha de pobreza, geralmente essa linha está relacionada com a condição de o indivíduo auferir rendimentos suficientes para adquirir uma quantidade estabelecida de alimentos.

Tendo como base a perspectiva das necessidades básicas, a pobreza vai além, abrangendo a privação das condições materiais para satisfazer as necessidades humanas de maneira minimamente aceitável, incluindo alimentação. Essa abordagem compreende a inclusão de serviços essenciais, como saúde básica, educação, acesso à água potável, saneamento básico, dentre outros.

De acordo com a perspectiva de capacidade, a pobreza de um indivíduo ou família é caracterizada pela ausência de algumas capacidades básicas, englobando desde as capacidades físicas até a capacidade de exercer influência e poder ser ouvido nas decisões políticas, ter participação e voz na vida da comunidade e da sociedade em que vivem. Essa abordagem agrega as noções de pobreza absoluta e pobreza relativa, uma vez que a privação relativa de rendimentos pode acarretar em privação absoluta das capacidades mínimas.

O conceito de pobreza, numa abordagem do desenvolvimento humano, leva em consideração cada uma dessas perspectivas, particularmente a de capacidade, uma vez que,

por essa abordagem, o fato de um indivíduo ser pobre não está somente relacionado com o atual estado de privação em que ele se encontra, mas também com a falta de oportunidades para que ele possa superar essa condição e, desse modo, dispor dos meios necessários para participar de atividades e desfrutar de padrões de vida minimamente dignos.

De acordo com essa abordagem, é possível afirmar que somente o capital físico não é suficiente para reduzir e superar a pobreza. A experiência de pobreza é bem mais ampla, vai mais além da privação material e de níveis insatisfatórios de educação e saúde. Ser pobre é ser excluído das possibilidades de influenciar decisões que tem desdobramentos em sua própria vida, é não receber tratamento adequado por parte do Estado, é enfrentar empecilhos gerados por barreiras e normas sociais, trata-se de um fenômeno social.

A partir dos anos 1970, como aborda ONU (1997), o conceito de exclusão social passa a ganhar destaque na literatura para analisar a condição daqueles que não necessariamente são pobres de rendimentos monetários, embora a grande maioria também seja, mas daqueles que são mantidos à margem do contexto social mesmo que não sejam considerados pobres nos aspectos relacionados ao acesso à renda.

De acordo com Banco Mundial (2001), a experiência de pobreza é um estágio na vida de um indivíduo que vai mais além da privação material e de baixos níveis de educação e saúde. As ausências de capacidade que os pobres têm para influenciar as decisões que refletem em suas vidas, a falta de auxílio e a prestação de serviços inadequados que recebem por parte do Estado reforçam ainda mais as proporções de suas privações. Este conceito mais abrangente de pobreza conduz a uma nova forma de entendimento. É preciso entender a pobreza não simplesmente como privação de renda, mas como exclusão social.

Dessa forma, a pobreza trata-se de uma chaga que atinge a sociedade. Assim, sua eliminação constitui-se uma obrigação por parte do Estado, um dever social. A pobreza não pode ser perpetuada na vida do indivíduo, muito menos seguir num ciclo sem fim, pois o pobre tem baixo nível educacional por ser pobre e é pobre por ter baixo nível de educação. Sendo assim, ele não desfruta de melhores oportunidades profissionais e continua sendo pobre e, provavelmente, irá transmitir a mesma condição para seus filhos. Cria-se um circuito vicioso difícil de ser rompido. Fica claro que a estratégia de combate à pobreza demanda ações que superem o campo econômico. O Estado precisa fazer mais do que apenas investir em serviços sociais. É fundamental a criação de um ambiente que proporcione o desenvolvimento humano, que seja capaz de prover aos pobres poder participativo, criar oportunidades por intermédio do estímulo ao crescimento da riqueza, facilitar a autonomia para que eles tenham maior participação nos processos políticos e em decisões que afetem as

suas vidas, reduzindo as suas vulnerabilidades. O combate à pobreza se trata de uma responsabilidade social, que deve ter a atuação do Estado, da sociedade e dos próprios pobres em todas as fases do processo, através de uma estratégia eficiente para enfrentar e superar esse problema crônico.

2.4 Pobreza absoluta e relativa

A complexidade do fenômeno da pobreza estimula várias formas de abordagem, fazendo com que seja bastante difícil atribuir um conceito definitivo e isento para o tema, assim como identificar com precisão quando um indivíduo ou família podem ser classificados como pobres.

Entretanto, Rocha (2006) afirma que as discussões em torno da natureza do problema remetem às noções de pobreza absoluta e relativa. A pobreza absoluta está estritamente relacionada às questões de sobrevivência física, ou seja, ocorre quando as necessidades vinculadas ao mínimo vital não são atendidas. O conceito de pobreza relativa estabelece as necessidades que deverão ser satisfeitas de acordo com o modo de vida preponderante na sociedade em questão. Dessa forma, trata-se de definir quais indivíduos serão considerados “relativamente pobres” em sociedades onde o mínimo vital já está sendo garantido a todos.

Desse modo, a pobreza absoluta indica a existência de um nível de subsistência composto por uma cesta de bens rigorosamente primordiais. Os indivíduos que não conseguissem atingir esses níveis mínimos de necessidades seriam classificados como pobres. Esses níveis mínimos seriam compostos por alguns requisitos básicos e elementares para a vida, como graus satisfatórios de nutrição, condições apropriadas de moradia, acesso à educação de qualidade, água potável, saneamento básico, dentre outros. Seriam pobres os indivíduos que não possuíssem renda suficiente para atingir esses patamares mínimos.

O conceito de pobreza relativa leva em consideração a comparação das condições de vida de um indivíduo ou família com relação a outros membros da comunidade em que vivem. Assim, a percepção de pobreza relativa teria fundamento no conceito de desigualdade de renda, comparando a situação dos pobres em relação ao modo de vida dominante no contexto econômico e social.

Hoffmann (2000) destaca que há um elemento relativo no conceito de pobreza, pois sendo esse fenômeno associado a condições inadequadas de vida decorrentes de baixos rendimentos, é preciso estabelecer o que pode ser considerado “adequado”, isso depende do grau de riqueza da sociedade analisada. Porém, se para definir que um indivíduo seja

considerado como pobre for preciso comparar a situação dele com relação aos outros, o conceito de pobreza se confunde com o conceito de desigualdade econômica.

É quase consenso na literatura disponível que, devido às dificuldades encontradas para que seja possível estabelecer um nível mínimo de renda a partir do qual as pessoas podem ser consideradas como pobres, costuma-se utilizar a relação entre a despesa com alimentos e a renda familiar como referencial para aferir pobreza absoluta. Quanto mais forte for essa relação, mais pobre é a família.

Apesar de todas as discussões e dificuldades para aferir pobreza de modo isento e definitivo, Lemos (2012) destaca que é possível compilar os indicadores de pobreza em três medidas básicas: medidas monetárias de pobreza, pobreza em termos dos padrões de riqueza acumulada e aspectos qualitativos da pobreza.

O método de medidas monetárias de pobreza utiliza indicadores de renda e consumo para aferir pobreza. Trata-se de definir um valor monetário relacionado ao custo do atendimento das necessidades. Desse modo, ocorre a construção de uma linha imaginária de pobreza. Quando se faz referências às necessidades nutricionais, esse valor é denominado linha de pobreza absoluta. Quando se trata de um conjunto mais abrangente de necessidades, esse valor é denominado linha de pobreza relativa.

A linha de pobreza absoluta está relacionada com um grau mínimo de renda que tem como pressuposto que as necessidades nutricionais sejam minimamente atendidas de forma satisfatória. Os indivíduos cuja renda seja inferior àquela necessária para atender a essas necessidades nutricionais serão considerados dentro desta categoria. Por outro lado, a linha de pobreza relativa caracteriza como pobres aqueles cuja renda seja inferior ao valor estabelecido, impossibilitados de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade.

Na abordagem de medidas monetárias de pobreza, a renda é o elemento chave. As principais justificativas para a utilização desse conceito tem como base o fato de que normalmente existe uma significativa correlação entre os níveis de renda e os indicadores de bem-estar.

O método de pobreza em termos dos padrões de riqueza acumulada defende que, para aferir pobreza, é mais eficiente levar em conta a riqueza acumulada de uma família ao invés da renda corrente. Pois, para uma análise de longo prazo, seria mais apropriado observar o grau de riqueza acumulada, como a propriedade de terras, imóveis, veículos, bens duráveis, maquinário e outros ativos produtivos.

Por fim, o método de aspectos qualitativos de pobreza emprega indicadores que dão maior atenção aos âmbitos sociais e humanos da pobreza em detrimento dos aspectos meramente econômicos, o que não quer dizer que essa dimensão monetária deva ser desprezada. De acordo com essa abordagem, considerar apenas o nível de rendimento de uma pessoa ou família, ou ainda somente o patamar de riqueza acumulada pode ocasionar conjecturas que não retratam, de maneira correta, a verdadeira situação experimentada pelas pessoas, uma vez que outras dimensões significativas estão sendo ignoradas. Essa abordagem destaca o caráter multidimensional da pobreza, além de reconhecer que as diversas carências se relacionam e se reforçam mutuamente.

Anand e Sen (2007 *apud* FRANÇA, J.; FRANÇA, N.; CARVALHO, 2015) afirmam que uma pessoa que tenha rendimentos acima da linha de pobreza pode, apesar disso, enfrentar situações de privação no sentido de ser analfabeta, ou não dispor de serviços essenciais. Levando em conta a abordagem que considere somente o ponto de vista monetário da pobreza, esse indivíduo, apesar de sofrer várias formas de privação, seria considerado como não pobre. Esse exemplo reflete a importância de considerar os aspectos qualitativos da pobreza, indo além de uma análise apenas com base na renda.

Ainda de acordo com essa perspectiva mais abrangente de analisar pobreza, considerando não somente a renda ou riqueza acumulada, existem alguns indicadores que são determinantes para que um indivíduo, família ou grupo social possa ser considerado como pobre. Alguns desses indicadores são caracterizados pela falta de acesso a serviços básicos, como água tratada, saneamento, saúde e educação pública de qualidade, dentre outros.

Segundo Lemos (2012), tomando alguns desses indicadores socioeconômicos como base é que foi possível a criação e desenvolvimento do Índice de Exclusão Social (IES), para aferir os níveis de pobreza que atingem os estados brasileiros. O que é elementar para o desenvolvimento desse trabalho que irá utilizar esse conceito para fazer uma análise comparativa entre os indicadores socioeconômicos do Nordeste e do Sudeste e Sul do Brasil.

2.5 Exclusão social e degradação ambiental

De acordo com o que foi apresentado, fica evidente que, para delimitar pobreza, é preciso uma análise que vá bem mais além do que simplesmente uma abordagem que leve em consideração somente a incapacidade de acesso à renda mínima. Desse modo, para uma análise mais abrangente desse fenômeno, torna-se preferível entender pobreza como exclusão social, uma vez que esse conceito é mais amplo, pois, além da privação de ativos produtivos e

de renda monetária, ele aborda também a falta de acesso aos ativos sociais e ambientais elementares para que seja possível atingir um padrão de vida digno.

Segundo Rodrigues *et al.* (1999), a exclusão social se trata de um fenômeno multidimensional, social ou uma sinergia de problemas sociais interligados que colaboram para o surgimento de pessoas excluídas, sendo que, a pobreza se configura como uma das dimensões da exclusão social, talvez a mais visível. Esses conceitos estão altamente correlacionados: pobreza e exclusão social acabam reforçando-se mutuamente.

Enfatizando essa amplitude maior do conceito de exclusão social, Lavinias (2012) afirma que tratar de exclusão engloba mais do que os aspectos objetivos da pobreza, como privação de renda ou falta de moradia. Assim, é necessária uma abordagem dinâmica, cumulativa e multidimensional para entender como ocorre esse trajeto ao longo do qual a privação de renda e a insuficiência de recursos são somadas a outros fatores que geram esse processo de desvalorização social. Dentre eles, é possível citar a perda de autonomia, valor intrínseco e empobrecimento das relações sociais, tendo como resultado a negação dos direitos fundamentais (LAVINAS, 2012).

Ramalho (1999) destaca a existência de uma relação entre degradação do meio ambiente e pobreza, embora não seja direta. Uma vez que grande quantidade de pobres reside em áreas carentes de infraestrutura, não possuindo acesso a terra e tecnologias adequadas, além de desprovidos de condições mínimas de sobrevivência, acabam por degradar o meio ambiente, mesmo que de maneira inconsciente, para sobreviverem. Essa degradação gera uma diminuição da oferta de ativos produtivos de recursos naturais.

Desse modo, os pobres, ao depredarem o meio ambiente em que vivem, acabam tornando-se mais pobres, pois enfraquecem a capacidade produtiva dos recursos naturais, aumentando ainda mais a exclusão social. É possível afirmar que a pobreza acaba gerando ainda mais pobreza, o que acarreta um verdadeiro e perverso círculo vicioso. A degradação ambiental acaba se tornando, ao mesmo tempo, causa e efeito da exclusão social. Essa relação fica mais acentuada em regiões de ecossistemas mais frágeis, como é o caso das regiões semiáridas do Nordeste brasileiro.

Banco Mundial (2001) afirma que, para que se construa um crescimento sustentável, além de fatores políticos, institucionais ou geográficos, é preciso saber se o crescimento vem acompanhado ou não de degradação ambiental, o que pode, por sua vez, atrapalhar o crescimento. Isso porque a degradação do meio ambiente pode cobrar um elevado preço à economia na forma de saúde precária e redução da produtividade agrícola. Entretanto, é possível que o crescimento e a proteção ambiental possam caminhar lado a lado, uma vez

que haja o aproveitamento de tecnologias mais limpas em substituição daquelas altamente poluidoras.

Além disso, é preciso que a população socialmente excluída seja inserida em um processo de produção que dê a eles condições necessárias para que consigam desfrutar de níveis dignos de vida, porém isso só é possível com o acesso aos serviços mais elementares que irão se complementar para promover o desenvolvimento social. Azeredo e Duncan (2002) ilustram muito bem essa condição ao destacarem que não é somente a construção de um posto de atendimento que irá promover a saúde. É preciso bem mais do que isso. É necessário também fazer o tratamento da água, a coleta e tratamento do esgoto e do lixo, combater a desnutrição, prover educação de qualidade e acesso à moradia. Esse conjunto de sinergias propiciará aos pobres uma vida em ambiente mais salubre.

Vale ressaltar que não são somente os pobres que degradam o meio ambiente, pelo contrário. A maior parte da destruição do meio ambiente é impulsionada pelo consumo exagerado de uma sociedade que tem como prioridade o lucro, pela eliminação de gases dos automóveis das classes médias e ricas, pela eliminação de gases das chaminés das indústrias, dentre outras fontes poluidoras que contaminam e contribuem para a degradação dos recursos naturais e, por consequência, do meio ambiente.

3 METODOLOGIA

3.1 Natureza e fonte de dados

A fonte de dados utilizada neste trabalho para a estimação do Índice de Exclusão Social (IES) associado aos Estados das regiões Nordeste, Sudeste e Sul, com desdobramentos para as áreas urbanas e rurais foram as Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativas aos anos de 2004 a 2014. A PNAD não foi realizada no ano de 2010 devido o censo demográfico, assim não foi possível utilizar os dados de 2010 para comparar com os outros anos, uma vez que os resultados que seriam obtidos não podiam ser diretamente comparados com aqueles obtidos a partir das PNAD dos outros anos, dado que o modo de obtenção dos dados são distintos, nessa forma os dados são obtidos por amostragem, naquela são levantados através de censo.

3.2 Método de análise

O estudo utiliza o IES, criado por Lemos (2012), para aferir os padrões de exclusão social, entendidos no trabalho como sinônimos de pobreza. A escolha da utilização do IES, apesar de ser uma tarefa bastante complicada tentar reduzir em um índice todas as dimensões da pobreza e exclusão social, se dá por conta das dificuldades que se tem com a utilização de outros índices, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU), uma vez que a capacidade de aferição de cada um dos seus componentes fica comprometida nas economias subdesenvolvidas devido à dificuldade de se obter dados realmente confiáveis, graças aos sub-registros, à assimetria na apropriação de renda, à qualidade bastante duvidosa do ensino que é prestado nas escolas públicas, principalmente. Além disso, os gestores podem manipular os registros, mascarando e inchando-os fim de melhorar os índices através desses processos artificiais, o que passa praticamente impune devido à ausência de fiscalização. Tudo isso acaba por mascarar a difícil e cruel realidade enfrentada por grande parte da população brasileira, especialmente no Nordeste e nas zonas rurais, fazendo com que esse índice mostre um cenário menos insalubre do que realmente é.

O IES é composto por três indicadores: Passivo Social (Passocia), que é o percentual da população maior de 15 anos que se declarou analfabeta, Passivo Econômico (Passecon), que é o percentual da população que sobrevive em domicílios cuja renda varia entre zero e dois salários mínimos e Passivo Ambiental (Passambi), que é obtido através da ponderação de outros três indicadores (Privagua – percentual da população que sobrevive em

domicílios privados do acesso ao serviço de água encanada com, ao menos, um ponto de torneira dentro de casa; Privsane – percentual da população que sobrevive em domicílios privados do acesso ao serviço de esgotamento sanitário ou fossa séptica e Privlixo – percentual da população que sobrevive em domicílios privados do serviço de coleta sistemática de lixo, direta ou indiretamente).

Desse modo, o IES é definido pela seguinte equação:

$$IES_i = P_{i1} Y_{i1} + P_{i2} Y_{i2} + P_{i3} Y_{i3} ; i = 1, 2, \dots, n;$$

Na definição acima, P_{ij} se constituem nos respectivos pesos (cuja soma é igual a um) associados a cada uma das âncoras dos indicadores Y_{ij} que entram na construção do IES associado a cada estado e região. Estes indicadores estão definidos da seguinte forma: $Y_{i1} = Passocia$; $Y_{i2} = Passecon$; e $Y_{i3} = Passambi$. O passivo social e o econômico tem ponderação de 35% na composição do IES, enquanto o passivo ambiental tem peso de 30%.

O indicador Passambi é estimado da seguinte forma:

$$PASSAMBI = P_{i4} \cdot Y_{i4} + P_{i5} \cdot Y_{i5} + P_{i6} \cdot Y_{i6}$$

Na definição da equação de Passambi, as variáveis são Privagua, Privsane e Privlixo, cuja soma dos pesos também é igual a um. Os dois primeiros subindicadores possuem ponderação de 35%, ao passo que a última variável tem peso de 30%.

Uma vez explicado como é construído o IES, esta parte do estudo mostrará a evolução dos valores estimados para cada uma das privações que compõem o IES (passivo de educação, econômico e os indicadores do passivo ambiental: privação de água encanada, privação de saneamento básico e privação de coleta de lixo) para as regiões Nordeste, Sudeste e Sul e seus Estados entre os anos de 2004 e 2014. Também serão apresentados os desdobramentos das privações para as áreas urbanas e rurais dos estados e regiões que compõem o objetivo do estudo, bem como serão estimados os percentuais de expansão ou regressão de cada uma dos indicadores de privações entre os anos de 2004 e 2014.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Evolução do passivo social entre 2004 e 2014

A Tabela 1 apresenta as evoluções das taxas de analfabetismo das populações maiores de 15 anos, o Passivo Social, nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul entre 2004 e 2014 (o ano de 2010 não fará parte, pois seus dados são do censo demográfico e os demais são das PNAD).

Tabela 1 – Evolução da população maior de quinze (15) anos analfabeta – Passivo Social Geral (%)

Estado	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	Varição 2004/14
NORDESTE	20,0	19,0	18,0	17,4	17,2	16,4	16,9	17,4	16,9	16,6	-3,4
MA	21,8	21,2	19,6	18,0	17,6	16,8	21,6	20,8	19,8	19,6	-2,2
PI	23,5	23,1	22,7	20,3	19,7	20,3	19,3	18,8	19,7	20,2	-3,3
CE	19,2	18,6	17,3	16,2	16,9	15,7	16,5	16,3	16,7	16,3	-2,9
RN	17,0	15,5	15,6	14,8	16,7	13,9	15,8	16,0	17,2	16,2	-0,8
PB	21,7	20,9	19,7	16,2	19,9	19,2	17,2	18,6	18,2	16,9	-4,8
PE	17,1	16,6	15,6	19,2	15,1	15,2	15,7	16,7	15,3	14,8	-2,3
AL	25,5	23,8	23,0	15,9	22,3	18,4	21,8	21,8	21,6	22,0	-3,5
SE	17,2	18,0	16,2	19,8	13,4	14,3	16,0	16,3	16,9	17,1	-0,1
BA	20,3	18,3	17,6	15,3	16,8	16,3	14,4	15,9	14,9	14,7	-5,6
SUDESTE	7,5	7,2	6,6	6,8	6,9	6,6	4,8	4,8	4,8	4,6	-2,9
MG	9,7	9,7	8,9	8,8	9,1	8,5	7,9	7,4	7,6	7,1	-2,6
ES	10,3	8,5	9,1	9,5	9,4	9,3	6,4	6,7	6,6	6,5	-3,8
RJ	6,0	5,9	5,2	5,7	6,2	5,7	3,7	3,8	3,7	3,2	-2,8
SP	6,8	6,5	5,8	5,9	5,9	5,7	3,7	3,8	3,7	3,8	-3,0
SUL	7,0	6,5	6,0	6,5	6,6	6,1	4,9	4,4	4,6	4,4	-2,6
PR	9,2	8,5	7,7	8,0	7,8	7,7	6,3	5,3	5,3	5,0	-4,2
SC	5,0	4,8	4,6	5,4	6,4	5,4	3,9	3,2	3,5	3,3	-1,7
RS	6,0	5,7	5,3	5,6	5,5	5,0	4,3	4,3	4,4	4,5	-1,5

Fonte: Resultados obtidos a partir dos dados das PNAD vários anos.

Das evidências mostradas na Tabela 1, percebe-se a grande diferença existente entre as taxas de analfabetismo dos estados da região Nordeste e aquelas apresentadas pelos estados das regiões Sudeste e Sul. Os estados nordestinos apresentaram as maiores taxas de analfabetismo durante todos os anos analisados. No começo da análise, a diferença entre essas taxas era até 5 vezes maiores no Nordeste. Para exemplificar essa discrepância, basta comparar o estado que apresentava o menor índice no início do estudo, Santa Catarina detinha uma taxa de 5% de analfabetismo em 2004, com o estado que apresentava o maior índice, Alagoas possuía taxa de 25,5% no mesmo período. Em 2004, o Nordeste registrava taxa de analfabetismo de 20%, bem superior aos 7,5% do Sudeste e 7% do Sul. Decorridos 10 anos, a

taxa nordestina era de 16,6%, ao passo que Sudeste e Sul apresentavam números bem próximos entre si: 4,6% e 4,4%. A maior redução nesse indicador ocorreu no Nordeste (3,4%), enquanto Sudeste (2,9%) e Sul (2,6%) apresentaram reduções ligeiramente menores.

Os estados do Nordeste iniciaram a série com as piores taxas de analfabetismo: Alagoas (25,5%), Piauí (23,5%) e Maranhão (21,8%); muito diferente dos melhores índices, apresentados pelos estados do Sul e Sudeste: Santa Catarina (5%), Rio Grande do Sul (6%) e Rio de Janeiro (6%). Ao final do período, o quadro não foi alterado e o Nordeste continuou ostentando as últimas posições, com os mesmos estados que já detinham essa posição nada honrosa: Alagoas (22%), Piauí (20,2%) e Maranhão (19,6%); como era de se esperar, as melhores posições foram alcançadas pelos estados do Sul e Sudeste novamente: Rio de Janeiro (3,2%), Santa Catarina (3,3%) e São Paulo (3,8%).

O percentual de analfabetos regrediu em todos os estados no período analisado. As maiores reduções foram obtidas por: Bahia (5,6% - de 20,3% para 14,7%), Paraíba (4,8% - de 21,7% para 16,9%) e Paraná (4,2% - de 9,2% para 5%). Ao passo que o estado de Sergipe obteve redução de somente 0,1%, caindo de 17,2% para 17,1%. Enquanto o estado do Sul e Sudeste que apresentou a maior taxa de analfabetismo no final do período foi Minas Gerais com 7,1%, o estado da região Nordeste que apresentou o menor percentual foi a Bahia, com 14,7%. Ou seja, até mesmo o estado do Nordeste com melhor desempenho consegue apresentar uma taxa maior do que o dobro daquela registrada pelo estado do Sul e Sudeste com pior desempenho.

Fica evidente que o Nordeste tem um longo e difícil caminho a percorrer para que suas taxas de analfabetismo sejam ao menos um pouco mais próximas das realidades bem menos cruéis vivenciadas por Sul e Sudeste, pois sua taxa de analfabetismo observada ao final do período é mais do que o triplo das apresentadas pelas outras regiões estudadas.

Nas Tabelas 2 e 3 apresentam-se as taxas de analfabetismo para as áreas urbanas e rurais, respectivamente, entre 2004 e 2014 (o ano de 2010 não fará parte, pois seus dados são do censo demográfico e os demais são das PNAD). Os resultados obtidos nas duas tabelas comprovam que as taxas de analfabetismo são mais elevadas nas áreas rurais do que nas urbanas para todos os estados analisados no período. Graças a essas taxas elevadas apresentadas nas áreas rurais, especialmente na região Nordeste, que os percentuais no cômputo geral ficam também altos, uma vez que nas áreas urbanas essas taxas são bem menores, porém ainda longe do ideal. O Nordeste inicia o período com 15,3% de percentual de analfabetos nas áreas urbanas, Sudeste registra 6,7% e Sul 6,3%. Chegando ao fim da série, a região Nordeste apresenta taxa de 12,4% (redução de 2,9%), Sudeste registra 4% (queda de

2,7%) e Sul obtém 3,8% (encolhimento de 2,5%). Percebe-se que as reduções são bem próximas para as três regiões, entretanto seria preferível que o Nordeste obtivesse queda mais acentuada, uma vez que sua taxa, ao início da série, era bem mais elevada e continua a ser ao fim do período.

Tabela 2 – Evolução da população maior de 15 anos analfabeta nas áreas urbanas – Passivo Social Urbano (%)

Estado	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	Varição 2004/14
NORDESTE	15,3	14,5	13,6	13,3	12,9	12,3	12,6	13,2	12,6	12,4	-2,9
MA	17,0	16,5	14,5	14,6	13,5	12,4	16,0	15,6	14,3	14,8	-2,2
PI	16,2	16,1	15,6	14,1	14,0	13,6	14,7	14,4	14,5	14,3	-1,9
CE	15,5	14,7	14,0	13,1	13,4	12,6	11,9	12,6	12,5	12,4	-3,1
RN	14,4	13,0	12,8	12,6	14,4	11,2	12,9	12,5	13,1	13,2	-1,2
PB	18,0	17,6	16,5	15,6	16,3	16,1	14,4	15,2	15,5	13,8	-4,2
PE	13,4	12,9	12,1	12,4	11,9	11,9	12,2	13,0	12,3	11,6	-1,8
AL	19,5	18,8	17,6	16,4	16,9	14,9	17,2	18,0	16,3	18,2	-1,3
SE	13,3	14,6	12,7	12,5	10,2	11,1	10,1	10,7	11,5	11,8	-1,5
BA	14,4	12,6	12,1	12,0	11,0	10,9	10,4	11,4	10,4	10,2	-4,2
SUDESTE	6,7	6,5	5,9	6,1	6,3	5,9	4,2	4,2	4,2	4,0	-2,7
MG	8,0	8,0	7,2	7,5	7,8	7,0	6,3	5,7	6,1	5,6	-2,4
ES	8,8	7,1	7,4	7,6	7,9	7,5	5,5	5,8	5,4	5,7	-3,1
RJ	5,7	5,6	5,0	5,4	6,0	5,5	3,4	3,5	3,6	3,0	-2,7
SP	6,5	6,1	5,5	5,6	5,7	5,5	3,5	3,6	3,5	3,7	-2,8
SUL	6,3	5,9	5,5	5,9	6,0	5,4	4,4	3,8	4,0	3,8	-2,5
PR	8,3	7,6	7,0	7,4	7,2	6,6	5,6	4,8	4,9	4,4	-3,9
SC	4,3	4,4	4,1	5,0	5,8	4,6	3,3	2,7	3,1	2,7	-1,6
RS	5,4	5,1	4,8	5,0	4,9	4,5	3,8	3,4	3,7	3,7	-1,7

Fonte: Resultados obtidos a partir dos dados das PNAD vários anos.

A região Nordeste apresentou as taxas de analfabetismo mais elevadas para as áreas urbanas desde o início da análise: Alagoas (19,5%), Paraíba (18%) e Maranhão (17%); os menores índices pertenciam aos estados do Sul e Sudeste: Santa Catarina (4,3%), Rio Grande do Sul (5,4%) e Rio de Janeiro (5,7%). A taxa de analfabetismo urbano das Alagoas era superior a 4,5 vezes à taxa de Santa Catarina. No encerramento da análise, os piores índices foram registrados por: Alagoas (18,2%), Maranhão (14,8%) e Piauí (14,3%); os melhores ficaram com: Santa Catarina (2,7%), Rio de Janeiro (3%), São Paulo e Rio Grande do Sul (3,7% cada). Nesse quesito, as maiores reduções ocorreram em: Paraíba (4,2% - de 18% para 13,8%), Bahia (4,2% - de 14,4% para 10,2%) e Paraná (3,9% - de 8,3% para 4,4%). Enquanto Alagoas conseguiu a menor redução, com somente 1,3% de queda, mesmo apresentando a maior taxa entre todos os estados em 2004 (19,5%), agravando ainda mais sua situação e se isolando como o estado com pior desempenho, com 18,2% de sua população

maior de 15 anos analfabeta em 2014, ao passo que a segunda maior taxa, registrada pelo Maranhão era de 14,8%, uma diferença de 3,4%.

Tabela 3 – Evolução da população maior de 15 anos analfabeta nas áreas rurais – Passivo Social Rural (%)

Estado	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	Variação 2004/14
NORDESTE	32,5	30,5	29,7	28,0	29,0	27,7	29,8	29,8	29,6	29,0	-3,5
MA	32,8	30,6	30,7	25,4	27,1	27,5	30,8	29,0	28,2	27,0	-5,8
PI	35,8	34,8	34,4	30,5	29,8	31,7	28,5	28,1	31,4	32,6	-3,2
CE	31,7	31,0	28,1	26,4	29,3	26,5	29,6	26,9	28,7	27,7	-4,0
RN	24,8	22,1	23,1	20,8	23,2	20,9	27,0	30,2	33,2	26,4	1,6
PB	33,4	32,9	30,2	32,1	32,9	29,9	30,4	33,0	29,1	31,1	-2,3
PE	29,6	29,2	28,1	26,9	26,2	26,9	33,9	34,1	29,2	29,3	-0,3
AL	37,8	33,8	34,8	27,2	34,1	26,1	34,1	32,1	35,8	32,1	-5,7
SE	35,1	32,9	32,3	27,9	29,6	29,5	33,5	32,7	32,0	31,2	-3,9
BA	32,9	30,0	29,4	30,4	30,1	28,8	26,7	29,0	28,3	28,9	-4,0
SUDESTE	16,2	16,1	15,4	14,8	14,3	14,5	14,2	13,8	13,5	12,2	-4,0
MG	19,5	19,2	16,8	16,4	17,4	17,5	17,0	16,5	16,2	15,2	-4,3
ES	17,7	16,0	18,4	18,8	16,8	17,7	11,3	12,7	13,7	11,2	-6,5
RJ	13,7	15,9	13,7	15,1	12,7	9,9	14,2	13,5	10,1	10,1	-3,6
SP	12,1	12,1	11,2	11,5	10,2	9,9	9,3	8,7	9,1	6,9	-5,2
SUL	10,3	9,5	8,8	9,1	9,7	9,8	8,2	7,6	7,8	8,1	-2,2
PR	13,8	13,0	12,1	11,5	12,0	14,0	10,7	8,1	8,7	8,7	-5,1
SC	8,2	6,5	6,6	7,2	9,4	8,8	7,0	5,4	6,0	6,5	-1,7
RS	8,7	8,2	7,5	8,3	8,1	7,1	7,0	8,5	8,2	8,7	0,0

Fonte: Resultados obtidos a partir dos dados das PNAD vários anos.

Nas áreas rurais a situação muda para pior. O que não muda é que a região nordestina continua detendo os piores índices de analfabetismo e agora ainda mais elevados. Em 2004, a região possuía taxa de 32,5%, contra 16,2% do Sudeste e 10,3% do Sul. No final do período estudado, Nordeste detinha 29% (diminuição de 3,5%), Sudeste registrava 12,2% (redução de 4%) e Sul apresentava 8,1% (queda de 2,2%). Apesar de obter uma taxa bem superior, em comparação com as outras regiões em 2004, o Nordeste não conseguiu sequer obter a maior redução ao fim do período, o que seria ao menos de se esperar, visto que sua taxa era maior do que o dobro daquela registrada no Sudeste e maior do que o triplo daquela registrada pela região Sul.

Em 2004, as maiores taxas pertenciam aos seguintes estados: Alagoas (37,8%), Piauí (35,8%) e Sergipe (35,1%), o que corresponde que mais de um terço da população maior de 15 anos nas áreas rurais desses estados era analfabeta, algo preocupante e alarmante; as menores taxas eram sustentadas por: Santa Catarina (8,2%), Rio Grande do Sul (8,7%) e São Paulo (12,1%). Chegando ao fim do período observado, os piores índices continuavam

concentrados no Nordeste: Piauí (32,6%), Alagoas (32,1%) e Sergipe (31,2%). Santa Catarina (6,5%), São Paulo (6,9%), Paraná e Rio Grande do Sul (8,7% cada) detinham as menores taxas. As maiores reduções foram experimentadas por: Espírito Santo (6,5% - de 17,7% para 11,2%), Maranhão (5,8% - de 32,8% para 27%) e Alagoas (5,7% - de 37,8% para 32,1%), ao passo que Rio Grande do Norte foi o único estado que apresentou piora, partindo de 24,8% em 2004 para 26,4% em 2014, aumento de 1,6%, enquanto Rio Grande do Sul apresentou a mesma taxa de 8,7% no início e no fim da análise.

Diante do que foi mostrado nas tabelas, ficou evidente que os índices são bem maiores nas áreas rurais do que nas urbanas. Entretanto, a menor taxa urbana apresentada por um estado nordestino no fim do período (Bahia – 10,2%) era maior que aquelas apresentadas pelas áreas rurais de todos os estados da região Sul e por São Paulo e Rio de Janeiro. Isto evidencia as grandes discrepâncias intra e inter-regionais existentes entre áreas urbanas e áreas rurais e entre Nordeste e Sul e Sudeste.

4.2 Evolução do passivo econômico entre 2004 e 2014

Na Tabela 4, apresentam-se as evoluções dos passivos econômicos, percentual da população que sobrevive em domicílios cuja renda varia entre zero e dois salários mínimos, nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul entre 2004 e 2014 (o ano de 2010 não fará parte, pois seus dados são do censo demográfico e os demais são das PNAD). Avaliando os resultados obtidos, percebe-se que o indicador de passivo econômico, ao contrário do que seria desejável, apresentou aumento ao invés de queda na maioria dos estados do Nordeste e na região como um todo (elevação de 0,1%), em todos os estados do Sudeste, resultando num aumento de 2,6% para a região e em praticamente todos os estados do Sul, excetuando-se o estado do Paraná, onde houve declínio, porém de somente 0,1%, o que resultou em incremento de 1,8% para a região sulista.

Em 2004, o Nordeste registrou passivo econômico de 54,2%, enquanto Sudeste e Sul apresentaram números bem menores (24,3% e 23,4% respectivamente). Decorridos 10 anos, a situação piora para todas as regiões: Nordeste (54,3%), Sudeste (26,9%) e Sul (25,2%). Embora o quadro tenha sido agravado para todas as regiões, o cenário nordestino, que já era preocupante em 2004, piorou ainda mais. Apesar de o aumento não parecer tão relevante (somente 0,1%), é algo que deve ser encarado com apreensão, pois essa região já experimentava resultado bastante insatisfatório. Ainda que Sudeste e Sul também tenham piorado, seus números não eram tão elevados, embora longe do preferível.

Tabela 4 – Evolução da população que sobrevive em domicílios cuja renda varia entre zero e dois salários mínimos – Passivo Econômico Geral (%)

Estado	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	Varição 2004/14
NORDESTE	54,2	55,9	56,7	56,6	55,0	55,8	54,5	55,7	54,8	54,3	0,1
MA	56,8	58,0	59,7	57,9	55,0	55,2	58,7	61,2	56,3	56,6	-0,2
PI	56,4	59,0	58,7	57,2	54,2	55,7	56,3	55,6	54,7	54,4	-2,0
CE	54,8	56,9	56,1	57,1	54,4	54,6	56,4	54,8	56,1	56,5	1,7
RN	51,5	52,7	51,7	49,7	48,1	51,4	54,0	49,3	49,0	52,1	0,6
PB	53,6	52,4	56,0	56,3	55,7	57,3	52,6	53,1	56,4	50,8	-2,8
PE	54,3	54,6	56,8	57,4	55,4	56,9	52,6	53,6	52,6	51,2	-3,1
AL	61,3	63,1	63,2	60,6	64,8	65,4	58,9	59,1	58,8	61,8	0,5
SE	45,8	51,4	55,5	51,2	50,8	53,3	53,1	53,7	54,5	52,5	6,7
BA	52,8	55,2	55,4	56,7	54,9	55,0	52,4	57,1	54,9	54,1	1,3
SUDESTE	24,3	26,5	26,7	27,4	25,8	27,1	26,0	27,3	27,0	26,9	2,6
MG	33,6	35,4	35,0	35,7	33,9	34,4	33,8	35,0	34,5	35,0	1,4
ES	32,3	34,8	34,9	33,4	32,4	35,8	30,2	31,5	35,9	32,7	0,4
RJ	23,1	27,3	28,2	29,8	27,1	28,3	29,2	30,2	29,6	29,9	6,8
SP	19,7	21,3	21,7	21,9	20,8	22,4	20,6	22,2	21,6	21,4	1,7
SUL	23,4	25,9	27,0	26,4	25,7	25,7	25,0	26,5	25,6	25,2	1,8
PR	26,2	29,6	30,2	28,2	28,1	28,4	25,8	27,7	26,8	26,1	-0,1
SC	16,3	18,0	18,9	18,9	20,0	18,8	19,1	20,9	20,8	20,6	4,3
RS	24,5	26,6	28,2	28,6	26,6	26,8	27,7	28,5	27,2	26,9	2,4

Fonte: Resultados obtidos a partir dos dados das PNAD vários anos.

Os estados do Nordeste possuem as maiores taxas de Passivo Econômico. No primeiro ano de análise, todos os estados dessa região apresentavam um índice maior do que 50%, com exceção de Sergipe (45,8%), ao final do período a situação foi agravada, pois mais da metade da população de todos os estados nordestinos sobreviviam em domicílios cuja renda variava entre zero e dois salários mínimos. As evidências encontradas indicam uma enorme diferença existente entre as taxas dos estados da região Nordeste e aquelas apresentadas pelos estados das regiões Sudeste e Sul, uma vez que esses não enfrentavam situação tão ruim, ainda que distante do ideal.

Ao início da série, os estados do Nordeste ostentavam os índices mais elevados: Alagoas (61,3%), Maranhão (56,8%) e Piauí (56,4%), realidade distinta dos menores índices, pertencentes aos estados do Sul e Sudeste: Santa Catarina (16,3%), São Paulo (19,7%) e Rio de Janeiro (23,1%). Ao final da análise, a situação piorou para a maioria dos estados e aqueles que apresentaram melhora foi de forma extremamente tímida. Ao fim do período, as maiores taxas foram concentradas no Nordeste: Alagoas (61,8%), Maranhão (56,6%) e Ceará (56,5%), enquanto as menores foram alcançadas por: Santa Catarina (20,6%), São Paulo (21,4%) e

Paraná (26,1%). Alagoas foi o estado com maior índice durante toda a análise, conseguindo deixar a situação ainda pior do que aquela registrada em 2004.

Apesar de Sudeste e Sul possuírem os menores percentuais das populações em passivo econômico durante todo o período, houve um aumento das taxas de todos os estados dessas regiões, com exceção do Paraná, que apresentou redução, ainda que de forma extremamente tímida, de 0,1%, ao passo que alguns estados do Nordeste conseguiram diminuir esse índice, muito embora seja uma melhoria extremamente aquém do minimamente necessário para que fosse possível mudar a situação difícil de privação de renda para mais da metade de toda a população nordestina.

A Tabela 5 contém os desdobramentos para as áreas urbanas entre 2004 e 2014 (o ano de 2010 não fará parte, pois seus dados são do censo demográfico e os demais são das PNAD). Os resultados indicam piora em todas as regiões analisadas. Os menores índices da série foram registrados no ano de 2004: Nordeste (48,6%), Sudeste (22,5%) e Sul (21,2%). Em 2014, as taxas apresentadas foram: Nordeste (49,2%), Sudeste (25,5%) e Sul (23,2%), aumentos de 0,6%, 3% e 2% respectivamente.

Tabela 5 – Evolução da população que sobrevive em domicílios cuja renda varia entre zero e dois salários mínimos nas áreas urbanas – Passivo Econômico Urbano (%)

Estado	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	Varição 2004/14
NORDESTE	48,6	50,2	50,6	50,9	49,2	50,3	48,9	50,1	49,2	49,2	0,6
MA	51,5	53,7	51,5	51,4	48,6	48,4	50,6	52,5	47,0	49,7	-1,8
PI	47,5	49,0	47,7	47,4	44,9	46,5	52,3	51,2	47,7	48,8	1,3
CE	50,0	53,0	51,7	53,1	50,1	50,8	50,0	49,1	50,2	50,5	0,5
RN	46,5	46,5	46,6	43,3	42,5	46,1	49,5	44,6	45,8	47,1	0,6
PB	50,1	48,9	52,8	52,9	51,6	53,3	48,4	49,9	51,9	46,3	-3,8
PE	49,8	50,2	52,0	53,3	50,7	53,2	48,8	49,1	48,7	47,3	-2,5
AL	53,4	55,3	54,6	54,1	57,2	58,6	53,7	54,4	52,6	57,3	3,9
SE	40,8	47,0	51,7	46,2	46,2	48,1	47,7	47,4	47,8	46,5	5,7
BA	46,3	48,2	48,4	49,6	48,2	48,2	46,3	51,1	49,4	49,6	3,3
SUDESTE	22,5	24,7	25,1	25,7	24,0	25,4	24,5	25,8	25,5	25,5	3,0
MG	30,3	31,8	31,7	32,4	30,2	31,1	30,4	31,2	30,6	31,7	1,4
ES	29,2	31,2	31,9	30,6	29,3	32,3	27,9	29,3	33,8	30,7	1,5
RJ	22,7	26,7	27,6	29,2	26,4	27,6	28,5	29,6	29,0	29,3	6,6
SP	18,8	20,5	20,7	20,9	20,0	21,4	20,3	21,8	21,3	20,9	2,1
SUL	21,2	23,6	24,3	23,7	23,2	23,5	22,9	24,3	23,8	23,2	2,0
PR	23,3	26,9	27,2	25,2	25,3	25,9	23,7	25,3	25,1	24,1	0,8
SC	15,2	16,4	17,1	17,0	18,1	17,3	17,0	19,5	18,8	18,6	3,4
RS	22,3	24,4	25,4	25,8	23,9	24,6	25,5	26,3	25,4	25,0	2,7

Fonte: Resultados obtidos a partir dos dados das PNAD vários anos.

Analisando os resultados obtidos para as áreas urbanas, verifica-se que, em 2004, os estados do Nordeste dispunham das maiores taxas das suas populações em passivo econômico, destacando-se: Alagoas (53,4%), Maranhão (51,5%) e Paraíba (50,1%); no outro extremo, as menores pertenciam aos estados do Sul e Sudeste: Santa Catarina (15,2%), São Paulo (18,8%) e Rio Grande do Sul (22,3%). Em 2014, término da série, os piores índices continuavam reunidos no Nordeste: Alagoas (57,3%), Ceará (50,5%) e Maranhão (49,7%), os melhores eram concentrados em: Santa Catarina (18,6%), São Paulo (20,9%) e Paraná (24,1%).

Durante o intervalo de tempo, apenas três estados conseguiram obter diminuição do percentual de suas populações sobrevivendo em domicílios cuja renda variava entre zero e dois salários mínimos, todos eles no Nordeste: Paraíba (3,8% - de 50,1% para 46,3%), Pernambuco (2,5% - de 49,8% para 47,3%) e Maranhão (1,8% - de 51,5% para 49,7%).

Antes de fazer uma análise dos dados para as áreas rurais, é importante destacar que boa parte das atividades nessas regiões advém das Unidades Agrícolas Familiares (UAF), onde são geradas duas formas de renda, a monetária (resulta da venda dos bens e serviços do setor) e a não monetária (resulta dos itens produzidos que são consumidos pela própria família, que assim deixa de comprar tais produtos). A renda não monetária não é aferida nos levantamentos das PNAD, sendo computada somente a monetária. Portanto, a renda nas áreas rurais fica subestimada. Porém, isso não significa que a análise apresentada não terá validade, pois as famílias apenas terão acesso aos bens e serviços que não conseguem produzir caso disponham de renda monetária.

A Tabela 6 engloba os desdobramentos para as zonas rurais entre 2004 e 2014 (o ano de 2010 não fará parte, pois seus dados são do censo demográfico e os demais são das PNAD). Os resultados demonstrados evidenciam que, assim como nas áreas urbanas, os estados do Nordeste obtêm os piores índices de suas populações em passivo econômico durante a totalidade da análise. No início da observação, a região Nordeste possuía taxa de 69,8% para as regiões rurais, curiosamente ao fim do período o número foi inalterado, ao passo que o Sudeste apresentou alta de 2,3% (45,8% em 2004 e 48,1% em 2014) e Sul registrou elevação de 2,7% (partindo de 34,3% em 2004 para 37% em 2014).

Em 2004, as taxas mais elevadas pertenciam a Alagoas (78,5%), Piauí e Ceará (72,5% cada), enquanto as mais baixas eram registradas por Santa Catarina (21,6%), Rio Grande do Sul (34,6%) e São Paulo (36,8%). Ao fim da série, os piores eram: Alagoas (74,8%), Ceará (73,8%) e Paraíba (70,9%), ao passo que os melhores eram: Santa Catarina (31%), São Paulo (36,6%) e Rio Grande do Sul (38%).

Tabela 6 – Evolução da população que sobrevive em domicílios cuja renda varia entre zero e dois salários mínimos nas áreas rurais – Passivo Econômico Rural (%)

Estado	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	Varição 2004/14
NORDESTE	69,8	71,4	73,5	72,6	71,4	71,8	71,6	72,7	71,4	69,8	0,0
MA	69,3	70,1	77,6	72,9	71,0	71,8	71,7	74,7	70,1	67,7	-1,6
PI	72,5	76,7	77,2	73,7	70,5	71,6	64,2	64,8	69,3	66,2	-6,3
CE	72,5	70,4	72,2	71,8	70,1	69,2	74,6	71,7	72,8	73,8	1,3
RN	66,3	70,1	66,1	68,1	63,9	66,5	71,8	68,4	61,7	69,3	3,0
PB	66,4	66,0	68,6	69,6	72,0	72,6	72,5	66,9	75,1	70,9	4,5
PE	70,0	70,5	74,6	72,3	72,8	71,4	71,7	74,9	71,6	69,8	-0,2
AL	78,5	80,0	83,3	76,6	81,9	81,2	73,3	72,0	74,9	74,8	-3,7
SE	69,9	71,9	73,7	75,4	74,3	78,7	69,0	71,7	72,5	68,0	-1,9
BA	67,6	70,7	71,3	73,0	70,7	71,4	71,5	75,3	72,0	68,6	1,0
SUDESTE	45,8	48,2	47,6	48,3	47,3	48,7	47,3	49,3	48,6	48,1	2,3
MG	53,7	56,5	52,0	55,7	57,7	54,8	53,6	56,7	56,1	53,4	-0,3
ES	47,5	54,2	52,4	46,9	47,8	54,0	44,8	45,7	49,8	44,8	-2,7
RJ	39,8	47,6	49,7	45,6	46,7	49,2	56,5	54,7	48,7	51,9	12,1
SP	36,8	35,8	39,7	39,9	34,5	39,8	31,4	33,3	32,1	36,6	-0,2
SUL	34,3	37,4	40,6	40,2	38,8	36,9	37,8	39,0	36,6	37,0	2,7
PR	42,0	44,5	47,6	46,1	44,9	43,8	40,6	44,5	39,1	40,6	-1,4
SC	21,6	26,4	28,4	28,7	29,8	25,9	30,1	28,7	32,1	31,0	9,4
RS	34,6	37,0	41,6	41,5	38,7	37,4	40,2	40,6	37,1	38,0	3,4

Fonte: Resultados obtidos a partir dos dados das PNAD vários anos.

4.3 Evolução do passivo ambiental entre 2004 e 2014

Antes que seja possível fazer uma análise da evolução do passivo ambiental, é preciso avaliar cada uma das variáveis que o compõem, dado que o passivo ambiental é composto por três subindicadores: Privagua (percentual da população que sobrevive em domicílios privados do acesso ao serviço de água encanada com, ao menos, um ponto de torneira), Privsane (percentual da população que sobrevive em domicílios privados do serviço de esgotamento sanitário ou, ao menos, à fossa séptica); e Privlixo (percentual da população que sobrevive em domicílios privados do serviço de coleta sistemática de lixo, direta ou indiretamente).

4.3.1 Evolução da privação de acesso à água encanada (privagua) entre 2004 e 2014

Por meio dos resultados apresentados na Tabela 7, conclui-se que todas as regiões obtiveram diminuição no número de pessoas em situação de privação de acesso ao serviço de água encanada entre 2004 e 2014 (o ano de 2010 não fará parte, pois seus dados são do censo demográfico e os demais são das PNAD). A queda foi praticamente generalizada em todos os

estados, com exceção de Sergipe, que registrou aumento de 0,7% e São Paulo, que manteve a taxa de 3,7%. Porém, apesar de não conseguir redução, São Paulo foi o estado que obteve as menores taxas durante todo o período, enquanto Sergipe, apesar da alta, ainda apresenta uma das menores taxas para a região Nordeste.

Tabela 7 – Evolução da população que sobrevive em domicílios privados do acesso ao serviço de água encanada com, ao menos, um ponto de torneira dentro de casa – Privagua Geral (%)

Estado	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	Varição 2004/14
NORDESTE	27,0	26,1	24,9	24,3	22,1	22,0	20,1	19,4	20,8	20,1	-6,9
MA	41,0	38,7	39,9	35,9	30,3	32,5	32,7	28,7	31,6	33,5	-7,5
PI	33,9	32,9	29,5	34,9	30,8	26,0	17,7	16,0	31,9	20,9	-13,0
CE	25,9	26,0	24,8	21,4	19,4	18,2	22,0	21,8	22,7	21,4	-4,5
RN	15,0	12,2	11,3	12,1	12,2	11,6	12,5	11,8	12,1	13,2	-1,8
PB	21,7	21,8	19,3	21,5	22,4	20,8	18,5	18,4	19,4	18,8	-2,9
PE	25,2	24,9	23,5	24,2	23,0	22,5	17,6	18,5	17,6	19,8	-5,4
AL	37,6	35,9	37,4	29,4	26,3	32,9	25,6	25,5	27,5	26,9	-10,7
SE	12,6	12,0	10,9	10,6	11,6	13,0	12,1	11,8	14,0	13,3	0,7
BA	25,4	24,9	23,1	23,6	20,5	20,4	17,9	17,2	17,1	15,6	-9,8
SUDESTE	8,6	8,5	8,0	8,6	8,3	7,7	8,9	8,0	8,1	7,9	-0,7
MG	13,5	13,4	16,9	13,6	12,5	12,1	14,4	13,7	13,8	13,4	-0,1
ES	16,9	15,7	12,9	17,1	17,9	16,1	13,3	11,6	11,3	12,5	-4,4
RJ	13,0	13,2	11,3	13,4	13,1	11,9	13,5	11,2	11,7	10,8	-2,2
SP	3,7	3,8	3,6	3,5	3,5	3,1	4,1	3,7	3,6	3,7	0,0
SUL	16,2	16,0	15,2	15,3	16,0	14,7	13,2	12,9	12,0	12,1	-4,1
PR	13,8	14,0	11,8	12,8	13,6	11,9	10,4	10,2	9,4	9,3	-4,5
SC	23,2	20,9	20,3	20,8	21,1	20,5	16,1	16,1	17,2	16,6	-6,6
RS	14,8	15,4	15,6	14,8	15,7	14,3	14,3	13,6	11,6	12,2	-2,6

Fonte: Resultados obtidos a partir dos dados das PNAD vários anos.

A região nordestina registrou o maior percentual da população privada do acesso ao serviço de água encanada durante todo o período. Entretanto apresentou a maior redução, uma vez que a população sobrevivendo sem acesso a esse serviço caiu de 27% em 2004 para 20,1% em 2014, logrando redução de 6,9%. Porém há que se destacar que essa redução não foi suficiente para que a situação seja considerada ao menos razoável, visto que o número de famílias privadas desse serviço essencial era bastante elevado no início da análise e continua a ser ao fim do período.

As menores carências do serviço de água encanada foram observadas no Sudeste, todavia essa região alcançou a menor redução (0,7%), algo tanto quanto compreensível, dado que o percentual de 8,6% em 2004 poderia ser considerado relativamente baixo, regredindo para 7,9% em 2014. A região Sul encontra-se em situação pior que o Sudeste. Contudo

apresentou redução de 4,1% no período, regredindo de 16,2% em 2004 para 12,1% em 2014. Todavia bem distante de enfrentar uma situação tão ruim como aquela vivida pelo Nordeste.

Os estados nordestinos são recordistas, obtendo os mais elevados índices de privação de acesso ao serviço de água encanada, tanto no início como no fim da análise: Maranhão (41%), Alagoas (37,6%) e Piauí (33,9%) em 2004, e Maranhão (33,5%), Alagoas (26,9%) e Ceará (21,4%) em 2014. As menores carências foram registradas nas regiões Sudeste e Sul em todos os anos examinados, desde o início: São Paulo (3,7%), Rio de Janeiro (13%) e Minas Gerais (13,5%), até o final: São Paulo (3,7%), Paraná (9,3%) e Rio de Janeiro (10,8%). Vale salientar que, mesmo com os esforços realizados pelos estados do Nordeste na tentativa de modificar esse cenário, apresentado as maiores reduções (Piauí – 13%, Alagoas – 10,7% e Bahia – 9,8%), tais ações ainda não foram suficientes, haja visto que os estados dessa região permanecem a apresentar as maiores carências nesse índice.

Para ilustrar tal quadro, basta comparar que, no início da série, a taxa de privação de acesso à água encanada no Maranhão era aproximadamente de 11,1 vezes superior àquela apresentada em São Paulo. Ao final da série, essa proporção ainda era superior a aproximadamente 9,1 vezes. Ou seja, uma realidade extremamente distinta. Ao se analisar tamanha discrepância, não parece que tal comparação está sendo realizada entre regiões que pertencem ao mesmo território nacional e sim entre países totalmente diferentes e pertencentes a continentes distintos. Porém todas essas regiões fazem parte desse Brasil continental que insiste em apresentar essas assimetrias alarmantes entre as regiões na questão do acesso a serviços básicos, uma vez que a água é um meio vital não apenas para o bem-estar populacional, mas para a própria existência. Não se trata de uma questão de viver bem ou viver mal, mas sim de sobreviver.

De acordo com as evidências apresentadas nas Tabelas 8 e 9, as áreas urbanas apresentaram níveis de privação extremamente menores do que as áreas rurais entre 2004 e 2014 (o ano de 2010 não fará parte, pois seus dados são do censo demográfico e os demais são das PNAD). O Nordeste registra queda de 3% de sua população urbana privada do acesso ao serviço de água encanada, caindo de 10,1% para 7,1%. A região Sudeste registra queda de apenas 0,1%, regredindo de 3,4% para 3,3%. Enquanto o Sul consegue uma diminuição de 1,8%, resultando num retraimento de 5,2% para 3,4%, número bastante próximo do Sudeste e distante do Nordeste, cujo percentual é mais do que o dobro registrado pelas outras duas regiões.

Dentre os estados, para as áreas urbanas, as taxas mais elevadas no início da série foram sustentadas por: Maranhão (22,6%), Alagoas (20,6%) e Ceará (12,2%), ao passo que as

mais baixas foram detectadas em: São Paulo (1%), Minas Gerais (1,7%) e Espírito Santo (2%). Em 2014 os piores índices eram observados em: Alagoas (18,2%), Maranhão (17,3%) e Rio de Janeiro (9,4%), enquanto os melhores pertenciam aos seguintes estados: Paraná (1,1%), Rio Grande do Norte (1,2%) e Espírito Santo (1,4%).

Tabela 8 – Evolução da população que sobrevive em domicílios privados do acesso ao serviço de água encanada com, ao menos, um ponto de torneira dentro de casa nas áreas urbanas – Privagua Urbano (%)

Estado	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	Variação 2004/14
NORDESTE	10,1	9,7	8,8	8,4	7,5	7,7	7,3	6,4	6,8	7,1	-3,0
MA	22,6	18,3	18,2	18,7	14,8	16,5	17,8	11,9	15,2	17,3	-5,3
PI	10,2	9,8	6,2	9,4	7,1	7,2	1,6	3,8	6,4	4,2	-6,0
CE	12,2	12,1	11,5	9,8	8,5	8,1	7,3	6,8	7,4	7,0	-5,2
RN	5,6	2,5	3,2	3,6	4,4	3,0	2,6	1,4	0,9	1,2	-4,4
PB	4,7	5,3	3,1	5,4	6,4	3,2	5,1	3,9	4,1	4,7	0,0
PE	9,7	10,5	9,2	9,5	8,9	9,2	8,0	8,3	6,9	8,7	-1,0
AL	20,6	22,8	22,7	14,2	11,1	18,4	15,1	14,3	20,0	18,2	-2,4
SE	5,2	4,3	5,1	4,6	4,3	5,0	2,5	2,4	2,0	1,7	-3,5
BA	5,4	5,4	4,6	4,1	4,2	3,7	5,1	4,4	4,1	3,8	-1,6
SUDESTE	3,4	3,4	3,0	3,5	3,4	2,9	4,3	3,5	3,4	3,3	-0,1
MG	1,7	1,9	1,7	2,0	1,6	1,5	2,6	2,4	2,3	2,1	0,4
ES	2,0	1,4	1,5	2,0	2,8	0,9	2,4	1,1	1,1	1,4	-0,6
RJ	11,1	11,1	9,4	11,3	11,1	9,9	11,9	9,7	10,2	9,4	-1,7
SP	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,7	1,9	1,6	1,2	1,6	0,6
SUL	5,2	5,4	4,9	4,8	5,4	4,7	3,9	3,6	3,8	3,4	-1,8
PR	2,7	2,7	1,8	2,4	3,5	2,0	1,5	1,2	1,0	1,1	-1,6
SC	9,2	8,2	7,2	7,6	7,9	7,7	5,5	5,3	7,3	5,5	-3,7
RS	5,5	6,3	6,4	5,6	6,0	5,6	5,3	4,9	4,5	4,5	-1,0

Fonte: Resultados obtidos a partir dos dados das PNAD vários anos.

Pela primeira vez na análise de todos os indicadores de privação, tanto para a população geral como para as urbanas ou rurais, um estado do Nordeste conseguiu ostentar um lugar entre os melhores índices (Rio Grande do Norte – 2º melhor índice), algo bastante louvável, uma pena que tal ocorrência não seja algo comum, mas sim uma exceção. Pode-se destacar que, também que pela primeira vez, um estado do eixo Sul-Sudeste obteve posição entre os piores índices (Rio de Janeiro – 3º pior índice). Nesse quesito é possível observar uma aproximação dos resultados obtidos entre os estados das regiões Nordeste, Sudeste e Sul, onde alguns estados nordestinos conseguem obter até índices melhores do que os observados nas outras duas regiões.

Abordando as áreas rurais, nota-se um cenário de privação bastante elevado, porém dessa vez tal situação não está concentrada somente no Nordeste, pois Sudeste e Sul

também apresentaram altos índices, ou seja, a privação de acesso ao serviço de água encanada ocorre de uma forma geral nas três regiões estudadas para as populações rurais, isto é, o quadro de carência desse serviço essencial não é uma condição exclusiva das áreas rurais nordestinas. Desse modo, não há dominância de uma região com os piores índices em detrimento de outras com os melhores como ocorreu durante o estudo com todos os outros indicadores analisados.

De acordo com os dados encontrados na Tabela 9, percebe-se que o cenário é bastante preocupante para as populações rurais das três regiões entre 2004 e 2014 (o ano de 2010 não fará parte, pois seus dados são do censo demográfico e os demais são das PNAD). Dessa vez o Nordeste não apresenta os piores indicadores do início ao fim da análise, algo inédito até então. Embora em 2004, essa região possua o maior percentual, com 73,6% de sua população sobrevivendo em domicílios privados do acesso ao serviço de água encanada. Entretanto essa região consegue uma diminuição de 14,4% em 2014, registrando índice de 59,2%, o que ainda é bastante elevado, porém um número menor do que o observado no Sudeste e Sul.

Tabela 9 – Evolução da população que sobrevive em domicílios privados do acesso ao serviço de água encanada com, ao menos, um ponto de torneira dentro de casa nas áreas rurais – Privagua Rural (%)

Estado	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	Varição 2004/14
NORDESTE	73,6	71,0	69,9	68,9	63,5	63,1	59,0	58,4	62,2	59,2	-14,4
MA	83,4	82,3	88,1	75,5	68,9	70,9	56,7	54,7	55,9	59,5	-23,9
PI	76,8	73,5	68,7	77,6	72,0	58,2	50,2	41,8	86,0	56,3	-20,5
CE	75,7	73,9	72,4	63,5	59,3	56,4	64,5	66,3	66,3	62,7	-13,0
RN	42,8	39,6	34,9	36,5	34,1	35,6	51,2	54,1	56,5	54,5	11,7
PB	83,9	85,9	81,3	84,7	86,2	87,3	82,0	81,4	83,7	82,1	-1,8
PE	79,9	77,6	77,8	77,7	75,2	73,6	65,9	67,4	68,9	71,6	-8,3
AL	74,7	64,4	71,7	66,5	60,4	66,3	55,3	55,8	47,0	51,7	-23,0
SE	48,2	48,3	38,4	39,4	48,6	51,3	40,0	39,0	46,3	43,3	-4,9
BA	70,6	68,3	65,6	68,3	59,4	60,7	57,3	56,6	57,5	53,2	-17,4
SUDESTE	72,7	71,8	71,2	71,6	69,6	67,5	78,5	74,1	74,6	73,9	1,2
MG	83,8	80,7	92,1	84,0	81,0	79,6	81,5	77,4	76,9	77,0	-6,8
ES	92,2	92,8	81,2	91,3	91,6	90,8	81,9	80,9	78,0	77,7	-14,5
RJ	77,2	78,3	75,5	76,4	73,0	69,5	78,1	70,3	66,6	66,1	-11,1
SP	52,4	53,6	51,7	49,2	48,9	45,8	70,9	66,2	70,9	67,8	15,4
SUL	70,6	69,9	68,3	69,6	70,1	67,4	69,0	68,2	61,7	65,2	-5,4
PR	76,0	76,1	69,5	74,5	72,6	72,5	72,3	72,0	68,9	68,2	-7,8
SC	90,1	86,5	85,9	87,5	87,8	84,5	73,5	76,0	73,9	77,2	-12,9
RS	57,1	57,4	58,6	57,1	59,6	54,9	63,9	61,0	49,8	55,8	-1,3

Fonte: Resultados obtidos a partir dos dados das PNAD vários anos.

Em 2004, a região Sudeste detinha 72,7% de sua população vivendo em domicílios rurais privados do acesso ao serviço de água encanada. Porém, ao invés de diminuir, tal percentual sobe para 73,9%, um aumento de 1,2%, sendo a única região que conseguiu piorar seus números. O Sul também registrava uma alta taxa, embora a menos elevada entre as três regiões, com 70,6% de carência da população desse serviço essencial em 2004, em 2014 tal resultado diminuiu para 65,2%, resultante da queda de 5,4%, o que deixa Sul e Sudeste com percentuais mais elevados que o Nordeste.

Porém, vale lembrar que o fato de o domicílio ter acesso à água encanada não necessariamente significa que realmente a água estará garantida na torneira. Vale salientar que o Nordeste enfrenta historicamente quadros de secas severas e prolongadas, uma vez que essa região possui baixos índices pluviométricos. Com falta de chuva, a água armazenada nos reservatórios diminui e conseqüentemente o abastecimento para as residências fica comprometido. Assim, não é difícil encontrar situações, especialmente nas zonas rurais, em que famílias enfrentem semanas e até meses sem ter água na torneira, precisando recorrer a outras maneiras para garantir acesso a esse bem essencial para a vida, seja através de carros pipas ou percorrendo distâncias enormes para encher baldes em pequenos açudes, rios, lagoas ou riachos, ou ainda sendo obrigadas a comprar água potável para garantir sua sobrevivência. Desse modo, a situação no Nordeste é bem pior do que a frieza dos números demonstra. O normal seria realmente que ter acesso à rede geral de abastecimento fosse sinônimo de água garantida. Porém, especialmente no Nordeste, essa relação não é assegurada como deveria.

Em 2004, as populações rurais que apresentavam as maiores taxas pertenciam aos seguintes estados: Espírito Santo (92,2%), Santa Catarina (90,1%) e Paraíba (83,9%), quadro extremamente diferente dos outros indicadores que sempre apresentavam os estados nordestinos como recordistas dos piores índices em todos os quesitos, enquanto as menores taxas eram encontradas em: Rio Grande do Norte (42,8%), Sergipe (48,2%) e São Paulo (52,4%), dessa vez dois estados do Nordeste aparecem com os melhores indicadores nesse índice, algo inédito durante toda a análise. No último ano estudado, os piores índices pertenciam aos seguintes estados: Paraíba (82,1%), Espírito Santo (77,7%) e Santa Catarina (77,2%), um estado nordestino voltou ao topo desse pódio nada honroso, ao passo que as taxas mais baixas de privação ocorriam em: Sergipe (43,3%), Alagoas (51,7%) e Bahia (53,2%), dessa vez as melhores colocações foram todas alcançadas por estados nordestinos, o que nunca havia ocorrido em nenhuma das avaliações dos outros indicadores, tanto para a população em geral como para a população urbana ou rural. Apenas dois estados apresentaram aumento desse índice: Rio Grande do Norte (elevação de 11,7%) e São Paulo

(acrécimo de 15,4%), algo que serve de alerta, uma vez que todos os outros estados obtiveram queda, alguns em proporção mais elevada e outros em índices bem mais tímidos.

Entretanto, no índice geral de privação de acesso à água tratada, levando em conta tanto as áreas urbanas como as áreas rurais, os estados do Sul e Sudeste alcançam índices de privações bem menores, isso pode ser explicado pelo fato de que nas áreas urbanas, onde a maior parte da população está concentrada, tais índices são muito baixos. Isso acaba por mascarar a realidade caso seja analisada somente o indicador de privação geral. Nas áreas rurais, não somente no Nordeste, mas também no Sul e Sudeste, a realidade é completamente distinta. Ficam evidentes as desigualdades existentes não somente entre a região Nordeste e as regiões Sul e Sudeste, mas também as enormes disparidades dentro do mesmo estado, onde os índices são profundamente baixos nas áreas urbanas, ao passo que tais indicadores são seriamente elevados nas áreas rurais, em especial nas regiões Sul e Sudeste. Conclui-se que as populações rurais em geral, uma vez que tal situação foi detectada para as três regiões estudadas, diferentemente das populações urbanas, enfrentam um contexto de elevada privação desse serviço essencial.

4.3.2 Evolução da privação de acesso a esgotamento sanitário ou fossa séptica (privsane) entre 2004 e 2014

Os dados apresentados na Tabela 10 indicam que os maiores índices de privação de acesso a esgotamento sanitário ou fossa séptica encontram-se no Nordeste, ao passo que os menores foram obtidos nas regiões Sudeste entre 2004 e 2014 (o ano de 2010 não fará parte, pois seus dados são do censo demográfico e os demais são das PNAD). Em 2004, a região nordestina apresentava taxa de privação de 54,7%, contra 13,1% do Sudeste e 23,9% do Sul. Ao fim do período, todas as regiões apresentaram queda nos percentuais: Nordeste (15,7%), Sudeste (4,5%) e Sul (5,4%). Porém, apesar da maior redução, o Nordeste registrou 39% de sua população carente desse serviço em 2014, enquanto o Sudeste apenas 8,6% e o Sul 18,5%.

Durante o período analisado, alguns estados apresentaram reduções acentuadas desse indicador: Alagoas (44,3% - de 88,4% para 44,1%), Piauí (30,8% - de 48,6% para 17,8%) e Pernambuco (28,3% - de 61,3% para 33%). As maiores reduções ocorreram no Nordeste, uma vez que a situação era alarmante no início da série. Entretanto, mesmo obtendo tais quedas, essa região não deixa de apresentar taxas elevadas. De modo geral, todos os estados obtiveram queda, algumas bem tímidas, é verdade, com exceção de Sergipe, que ao invés de exibir diminuição, teve aumento de 21,7%, saindo de 25,6% para 47,3%, um acréscimo considerável.

Tabela 10 – Evolução da população que sobrevive em domicílios privados do serviço de esgotamento sanitário ou, ao menos, fossa séptica – Priv sane Geral (%)

Estado	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	Varição 2004/14
NORDESTE	54,7	53,6	51,5	44,9	45,0	47,7	38,9	38,1	41,9	39,0	-15,7
MA	52,0	50,5	47,0	47,4	39,0	47,7	48,0	49,2	47,8	51,9	-0,1
PI	48,6	46,7	36,2	40,5	40,5	50,9	27,9	26,9	19,7	17,8	-30,8
CE	61,1	59,2	57,5	50,2	48,2	56,4	46,0	46,8	50,8	55,2	-5,9
RN	47,3	44,1	54,1	43,2	51,9	59,7	23,7	17,3	40,8	33,7	-13,6
PB	45,5	47,7	50,5	43,4	42,2	46,2	34,4	27,1	35,5	29,2	-16,3
PE	61,3	59,4	58,5	46,1	48,2	59,0	31,9	37,1	38,7	33,0	-28,3
AL	88,4	69,5	70,4	68,3	63,2	70,1	53,2	50,2	69,6	44,1	-44,3
SE	25,6	28,2	28,3	28,1	25,3	25,0	30,3	30,2	41,4	47,3	21,7
BA	51,1	53,4	47,9	39,5	42,7	47,0	40,4	37,3	37,4	34,1	-17,0
SUDESTE	13,1	13,0	12,4	10,9	11,3	11,6	9,2	8,0	8,1	8,6	-4,5
MG	23,3	25,2	23,9	19,8	19,6	22,1	19,1	17,3	18,3	18,2	-5,1
ES	25,4	24,3	23,1	21,1	28,0	29,7	16,3	15,5	10,0	13,7	-11,7
RJ	10,9	11,9	9,4	9,1	11,5	12,9	8,9	7,1	7,0	7,3	-3,6
SP	8,3	7,0	7,7	6,7	5,8	9,5	4,0	3,4	3,5	4,2	-4,1
SUL	23,9	23,4	22,5	20,8	23,3	27,0	16,5	16,8	18,6	18,5	-5,4
PR	32,6	31,5	30,3	28,9	27,3	29,2	23,9	20,4	21,6	23,6	-9,0
SC	18,5	17,4	14,7	14,0	18,5	24,8	8,7	13,9	17,0	14,7	-3,8
RS	19,0	19,3	19,6	17,0	22,0	26,1	14,1	15,0	16,8	16,1	-2,9

Fonte: Resultados obtidos a partir dos dados das PNAD vários anos.

Em 2004, os piores indicadores pertenciam a: Alagoas (88,4%), Pernambuco (61,3%) e Ceará (61,1%), em contrapartida os melhores foram registrados por: São Paulo (8,3%), Rio de Janeiro (10,9%) e Santa Catarina (18,5%). Ao fim da série, os índices mais altos foram observados nos seguintes estados: Ceará (55,2%), Maranhão (51,9%) e Sergipe (47,3%), enquanto as taxas mais baixas pertenciam aos seguintes estados: São Paulo (4,2%), Rio de Janeiro (7,3%) e Espírito Santo (13,7%).

Comparando-se os melhores e piores indicadores, é possível ter dimensão do tamanho da desigualdade. No primeiro ano do estudo, o índice de privação de acesso ao serviço de esgotamento sanitário ou fossa séptica era aproximadamente 10,7 vezes maior nas Alagoas do que em São Paulo, ao passo que em 2014 tal índice era aproximadamente 13,1 vezes maior no Ceará do que em São Paulo. Tal confrontação ilustra muito bem a discrepância existente entre os estados do Nordeste e os do Sul e Sudeste tanto no início como no final da série.

Examinando as Tabelas 11 e 12 é possível constatar que as taxas de exclusão em saneamento da população rural são extremamente maiores do que nas áreas urbanas entre 2004 e 2014 (o ano de 2010 não fará parte, pois seus dados são do censo demográfico e os

demais são das PNAD), o que evidencia as fragilidades existentes nas áreas rurais de todos os estados das três regiões analisadas. As discrepâncias não ficam limitadas ao Sul e Sudeste em detrimento do Nordeste, mas estendem-se para as regiões rurais, em clara desvantagem no acesso a esse serviço em comparação com as áreas urbanas de todos os estados analisados.

Tabela 11 – Evolução da população que sobrevive em domicílios privados do serviço de esgotamento sanitário ou, ao menos, fossa séptica nas áreas urbanas – Priv sane Urbano (%)

Estado	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	Varição 2004/14
NORDESTE	41,7	39,6	37,7	30,7	31,1	35,2	25,9	25,9	29,6	26,7	-15,0
MA	36,6	33,9	29,3	31,0	22,2	35,4	32,1	34,6	33,5	38,9	2,3
PI	26,5	22,9	13,1	16,6	20,5	41,9	11,8	10,6	5,9	4,9	-21,6
CE	52,0	49,4	47,6	39,4	37,1	46,2	31,3	33,8	36,3	42,7	-9,3
RN	38,0	31,8	42,4	32,0	44,9	54,8	16,7	12,0	33,4	24,7	-13,3
PB	33,0	35,8	39,0	32,4	29,3	33,5	24,3	17,8	26,1	16,3	-16,7
PE	51,5	49,2	49,0	34,6	36,8	51,6	22,4	28,5	30,8	24,9	-26,6
AL	81,5	58,7	62,5	64,4	51,0	61,4	42,2	40,5	60,2	33,6	-47,9
SE	13,9	15,8	18,3	15,3	13,3	14,1	18,7	17,5	25,4	30,7	16,8
BA	33,5	35,4	28,3	19,7	25,2	32,0	26,2	23,4	22,8	20,4	-13,1
SUDESTE	8,4	8,3	7,8	6,5	6,8	7,3	5,5	4,7	4,5	5,1	-3,3
MG	11,8	13,3	14,3	8,6	8,5	9,9	8,8	7,9	7,9	7,8	-4,0
ES	12,7	15,0	11,9	12,1	18,1	15,4	8,9	9,3	5,3	7,8	-4,9
RJ	9,5	10,3	8,0	7,7	9,9	10,0	7,9	6,1	6,1	6,7	-2,8
SP	6,2	4,8	5,6	4,6	4,0	4,5	2,9	2,5	2,4	3,2	-3,0
SUL	16,3	16,9	16,2	14,6	16,2	22,3	11,4	11,7	13,6	13,6	-2,7
PR	24,6	24,8	24,1	22,2	20,5	23,9	18,0	15,5	15,2	18,0	-6,6
SC	10,9	10,3	8,0	7,4	12,5	20,8	6,1	10,0	15,8	11,1	0,2
RS	11,3	13,0	13,1	11,1	14,1	21,3	8,0	9,0	10,7	10,8	-0,5

Fonte: Resultados obtidos a partir dos dados das PNAD vários anos.

Para as áreas urbanas, a região nordestina apresentava taxa de privação de saneamento de 41,7% em 2004 e 26,7% em 2014, uma redução de 15%. Os melhores números pertenceram ao Sudeste durante todo o período, caindo de 8,4% no início para 5,1% em 2014, queda de 3,3%, o que pode ser considerado uma boa redução, uma vez que a taxa era baixa no começo da análise. A região Sul obteve diminuição de 2,7%, caindo de 16,3% para 13,6%.

No Nordeste, mais uma vez, estão os estados que desempenharam os piores papéis. Em 2004, para as áreas urbanas, as maiores taxas pertenciam aos seguintes estados: Alagoas (81,5%), Ceará (52%) e Pernambuco (51,5%), enquanto os menores índices eram registrados em: São Paulo (6,2%), Rio de Janeiro (9,5%) e Santa Catarina (10,9%). Em 2014, os melhores indicadores foram observados em: São Paulo (3,2%), Piauí (4,9%) e Rio de Janeiro (6,7%). É importante destacar o desempenho do Piauí, que atingiu o 2º melhor índice

ao final do período, graças a uma redução de 21,6%, colocando um estado do Nordeste no quadro dos melhores, uma das raras aparições em todos os indicadores; os seguintes estados detinham as taxas mais elevadas: Ceará (42,7%), Maranhão (38,9%) e Alagoas (33,6%).

Na Tabela 12 são expostos os resultados obtidos par as áreas rurais entre 2004 e 2014 (o ano de 2010 não fará parte, pois seus dados são do censo demográfico e os demais são das PNAD). Percebe-se que as taxas são bem piores do que nas áreas urbanas. Dados preocupantes que mostram populações privadas quase que totalmente desse serviço, com taxas superiores a 90% tanto no início como no fim do período. Entretanto quase todos os estados conseguiram diminuir essa taxa, muito embora bastante longe do ideal, apenas Sergipe obteve aumento, com elevação de 8,6%.

Tabela 12 – Evolução da população que sobrevive em domicílios privados do serviço de esgotamento sanitário ou, ao menos, fossa séptica nas áreas rurais – Privsane Rural (%)

Estado	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	Varição 2004/14
NORDESTE	90,6	91,5	89,9	84,8	84,9	83,4	78,2	74,4	78,5	76,0	-14,6
MA	87,7	86,0	86,4	85,3	80,6	77,4	73,6	71,7	68,8	72,6	-15,1
PI	88,5	88,6	75,2	80,5	75,3	66,4	60,4	61,0	48,9	45,0	-43,5
CE	94,3	92,9	92,8	89,7	88,9	94,7	88,5	85,7	91,7	91,1	-3,2
RN	74,6	78,7	87,4	75,5	71,6	73,3	51,2	38,7	70,0	64,2	-10,4
PB	99,1	94,2	94,6	86,5	93,6	94,7	82,3	67,8	74,8	87,1	-12,0
PE	96,0	96,6	94,5	87,7	90,4	87,4	79,6	78,1	77,1	70,7	-25,3
AL	95,4	93,0	88,8	77,9	90,6	89,9	84,3	76,5	94,3	73,8	-21,6
SE	81,9	87,0	74,8	89,9	86,6	77,7	63,9	66,7	84,7	90,5	8,6
BA	90,8	93,6	92,9	84,9	84,5	83,1	84,3	79,9	82,6	77,8	-13,0
SUDESTE	72,1	72,1	69,7	66,8	67,0	65,9	63,8	56,2	59,4	59,4	-12,7
MG	91,8	94,8	72,5	87,5	90,1	87,7	78,3	70,0	75,7	76,3	-15,5
ES	89,3	74,6	89,9	65,3	76,2	61,9	62,6	56,2	40,3	48,2	-41,1
RJ	57,8	60,6	57,0	52,3	57,6	56,9	49,5	45,5	41,5	31,8	-26,0
SP	45,8	45,1	46,8	44,1	38,6	42,6	37,5	30,5	37,0	35,0	-10,8
SUL	62,0	56,7	54,9	53,1	59,3	51,4	47,3	46,5	49,2	48,8	-13,2
PR	77,3	68,9	66,1	68,7	67,3	61,2	64,7	54,5	67,1	63,6	-13,7
SC	55,2	54,5	48,2	47,0	49,1	45,3	22,8	35,4	24,1	34,5	-20,7
RS	53,8	48,3	49,8	44,4	58,3	47,1	48,1	46,8	49,6	46,1	-7,7

Fonte: Resultados obtidos a partir dos dados das PNAD vários anos.

Para as áreas rurais, o Nordeste registrava a alarmante taxa 90,6% de sua população sobrevivendo em domicílios privados do acesso ao serviço de esgotamento sanitário ou fossa séptica em 2004. Sudeste (72,1%) e Sul (62%) também apresentavam percentuais elevados. Em 2014, o Nordeste obteve taxa de 76%, enquanto Sudeste 59,4% e Sul 48,8%, reduções de 14,6%, 12,7% e 13,2% respectivamente. Porém ainda longe do ideal, especialmente para a região nordestina.

Em 2004, os seguintes estados possuíam os piores índices de privação do acesso ao serviço de esgotamento sanitário ou fossa séptica: Paraíba (99,1%), Pernambuco (96%) e Alagoas (95,4%), a taxa obtida pelo estado da Paraíba é algo extremamente chocante e mostra que quase a totalidade da população era desprovida de acesso a um serviço básico como esse; os melhores índices eram observados em: São Paulo (45,8%), Rio Grande do Sul (53,8%) e Santa Catarina (55,2%). Ao final da série, as taxas mais altas eram obtidas nos seguintes estados: Ceará (91,1%), Sergipe (90,5%) e Paraíba (87,1%), ao passo que os menores índices eram sustentados por: Rio de Janeiro (31,8%), Santa Catarina (34,5%) e São Paulo (35%).

4.3.3 Evolução da privação de acesso à coleta sistemática de lixo (privlixo) entre 2004 e 2014

De acordo com as evidências mostradas na Tabela 13, constata-se que a região Nordeste apresenta os maiores percentuais de sua população privada do serviço de coleta sistemática de lixo, direta ou indiretamente, Sudeste, principalmente, e Sul registram números bem menores entre 2004 e 2014 (o ano de 2010 não fará parte, pois seus dados são do censo demográfico e os demais são das PNAD). Em 2004, a região nordestina possuía taxa de 30,3% de privação desse serviço, ao passo que Sudeste somente 5,8% e Sul 12,7%. Ao fim da análise, o Nordeste obteve a maior redução percentual de 9,3%, resultando em 21% de sua população sem acesso ao serviço de coleta sistemática de lixo. Sudeste registrou queda de apenas 1,9%, o que é compreensível uma vez que sua taxa era consideravelmente baixa no começo do período, o que resultou numa taxa de 3,9%. A região Sul terminou a análise com taxa de 6,1% decorrente de uma diminuição de 6,6% desse indicador.

Todos os estados registraram reduções do indicador de privação do acesso à coleta sistemática de lixo. Entretanto foi na região nordestina onde se observaram as maiores quedas, porém nada que pudesse se aproximar dos patamares mais baixos obtidos pelos estados do Sudeste e Sul. É possível destacar tamanha diferença com duas simples comparações: em 2004, a taxa da população privada do acesso ao serviço de coleta sistemática de lixo era de 50% no Piauí, proporção 25 vezes maior que aquela observada em São Paulo, onde a taxa era de apenas 2%. Em 2014, enquanto São Paulo possuía somente 0,9% de sua população privada desse serviço, Maranhão possui 41,1%, uma taxa aproximadamente 45,7 vezes superior.

No começo da série, os seguintes estados possuíam as maiores taxas de privação de acesso ao serviço de coleta sistemática de lixo: Piauí (50%), Maranhão (45,9%) e Bahia (30,8%), enquanto os índices mais baixos foram encontrados em: São Paulo (2%), Rio de Janeiro (2,8%) e Santa Catarina (12,3%). Em 2014 os piores indicadores pertenciam aos

seguintes estados: Maranhão (41,1%), Piauí (32,2%) e Ceará (22,5%), em contrapartida os melhores índices continuaram com os mesmos estados que garantiam suas posições de destaque desde o início da série, sem mudanças em suas respectivas posições: São Paulo (0,9%), Rio de Janeiro (1,9%) e Santa Catarina (5,4%).

Tabela 13 – Evolução da população que sobrevive em domicílios privados do serviço de coleta sistemática de lixo, direta ou indiretamente – Privlixo Geral (%)

Estado	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	Variação 2004/14
NORDESTE	30,3	28,1	27,3	26,2	24,7	23,8	22,7	23,4	21,8	21,0	-9,3
MA	45,9	40,4	39,3	36,9	33,5	33,9	43,8	45,9	42,6	41,1	-4,8
PI	50,0	48,9	48,7	45,9	43,8	43,2	37,2	37,3	32,8	32,2	-17,8
CE	29,2	27,8	26,4	25,7	24,0	22,6	24,6	24,3	23,2	22,5	-6,7
RN	17,1	16,6	15,9	15,7	15,6	13,7	13,3	12,5	12,5	13,7	-3,4
PB	25,1	22,6	22,7	20,9	19,6	19,5	15,2	17,5	16,8	14,8	-10,3
PE	23,7	21,5	21,4	21,3	20,6	18,9	14,1	15,0	14,5	15,0	-8,7
AL	28,7	28,2	26,3	24,5	24,9	24,9	21,9	21,2	21,4	18,2	-10,5
SE	20,4	18,2	16,9	16,2	14,6	14,1	14,7	15,4	15,2	16,5	-3,9
BA	30,8	28,6	27,5	26,5	24,8	23,9	20,7	21,4	19,7	18,0	-12,8
SUDESTE	5,8	5,5	5,1	5,0	4,8	4,1	4,1	4,0	3,9	3,9	-1,9
MG	14,9	15,1	14,6	13,0	12,2	11,3	10,8	11,0	10,7	10,6	-4,3
ES	15,6	14,4	14,0	13,8	14,6	12,6	9,3	8,6	8,0	9,0	-6,6
RJ	2,8	2,6	1,8	1,8	2,1	1,3	2,4	2,1	2,2	1,9	-0,9
SP	2,0	1,6	1,6	1,7	1,6	1,1	1,1	1,1	1,0	0,9	-1,1
SUL	12,7	12,1	10,6	9,7	9,4	8,5	7,5	7,0	6,6	6,1	-6,6
PR	12,7	12,4	11,3	10,4	10,2	9,2	7,4	6,7	6,2	5,9	-6,8
SC	12,3	10,9	9,4	9,0	8,1	7,7	7,5	6,0	5,0	5,4	-6,9
RS	12,8	12,4	10,6	9,3	9,3	8,3	7,6	7,9	7,7	6,7	-6,1

Fonte: Resultados obtidos a partir dos dados das PNAD vários anos.

Com base nos resultados obtidos nas Tabelas 14 e 15, conclui-se claramente que existe uma acentuada discrepância entre as taxas de privação de acesso à coleta sistemática para as áreas urbanas e rurais entre 2004 e 2014 (o ano de 2010 não fará parte, pois seus dados são do censo demográfico e os demais são das PNAD). Em todos os estados nas três regiões analisadas, a coleta sistemática de lixo é bastante deficiente nas áreas rurais. É verdade que as maiores reduções foram registradas nas áreas rurais, porém insuficientes para reduzir de maneira satisfatória o contingente populacional privado desse serviço básico.

Analisando os desdobramentos para as áreas urbanas, verifica-se que, em 2004, o Nordeste apresentava 9,3% de sua população privada do acesso ao serviço de coleta sistemática de lixo, número bem diferente dos indicadores apresentado pelas regiões Sudeste e Sul, com apenas 1,3% cada uma. Chegando a 2014, o Nordeste obteve percentual de 3% (redução de 6,3%). A região Sul registrou a menor taxa, com apenas 0,3% de índice de

privação de acesso ao serviço de coleta sistemática de lixo, resultante da queda de 1%. O Sudeste obteve redução mais tímida de 0,6%, findando a série com 0,7%.

Tabela 14 – Evolução da população que sobrevive em domicílios privados do serviço de coleta sistemática de lixo, direta ou indiretamente, nas áreas urbanas – Privlixo Urbano (%)

Estado	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	Varição 2004/14
NORDESTE	9,3	7,2	6,7	5,9	4,8	4,2	3,8	4,4	3,1	3,0	-6,3
MA	25,0	16,3	15,5	13,7	10,1	9,7	16,0	19,2	13,4	14,0	-11,0
PI	23,2	21,0	19,3	16,3	14,4	13,7	10,8	11,2	6,4	6,3	-16,9
CE	11,9	9,9	9,4	8,7	7,1	6,8	3,0	3,4	2,8	2,2	-9,7
RN	2,1	2,3	1,9	2,0	1,9	1,9	0,5	1,1	0,3	0,8	-1,3
PB	6,4	4,4	3,6	2,8	1,5	0,8	1,2	2,2	1,1	0,9	-5,5
PE	5,3	4,3	4,9	4,3	3,6	2,5	1,9	2,1	2,3	2,6	-2,7
AL	3,6	3,8	2,9	2,0	1,7	1,1	2,4	2,0	2,0	1,4	-2,2
SE	6,3	5,6	4,7	3,9	3,5	2,6	0,6	0,8	0,9	1,1	-5,2
BA	5,5	4,4	3,9	3,0	2,6	2,1	2,4	2,8	1,9	1,3	-4,2
SUDESTE	1,3	1,1	0,9	0,9	0,9	0,5	0,8	0,7	0,7	0,7	-0,6
MG	3,0	2,7	2,1	1,9	1,6	1,1	1,1	1,2	1,1	1,3	-1,7
ES	2,5	2,0	2,2	1,3	3,0	1,1	0,8	0,5	0,7	0,7	-1,8
RJ	1,8	1,5	1,0	1,0	1,3	0,8	1,8	1,6	1,7	1,5	-0,3
SP	0,3	0,2	0,2	0,4	0,3	0,1	0,2	0,2	0,1	0,2	-0,1
SUL	1,3	1,2	0,8	0,7	0,6	0,4	0,5	0,3	0,4	0,3	-1,0
PR	1,8	1,2	1,2	0,9	0,9	0,5	0,5	0,4	0,4	0,3	-1,5
SC	0,8	1,0	0,5	0,7	0,2	0,4	0,9	0,4	0,5	0,3	-0,5
RS	1,0	1,2	0,5	0,5	0,6	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	-0,7

Fonte: Resultados obtidos a partir dos dados das PNAD vários anos.

Os estados do Nordeste possuíam as maiores taxas de suas populações urbanas privadas do acesso ao serviço de coleta sistemática de lixo, destacando-se: Maranhão (25%), Piauí (23,2%) e Ceará (11,9%), enquanto, as menores taxas foram registradas por: São Paulo (0,3%), Santa Catarina (0,8%) e Rio Grande do Sul (1%). Ao final do período, os piores índices pertenciam a: Maranhão (14%), Piauí (6,3%) e Pernambuco (2,6%), ao passo que os melhores indicadores foram alcançados por: São Paulo (0,2%), Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (0,3% cada). Todos os estados da região Sul possuíam exatamente a mesma taxa, mostrando que a oferta do serviço de coleta sistemática de lixo é distribuída uniformemente entre seus estados.

Os resultados para as áreas rurais entre 2004 e 2014 (o ano de 2010 não fará parte, pois seus dados são do censo demográfico e os demais são das PNAD) são explicitados na Tabela 15 e é possível destacar que todas as regiões conseguiram diminuir o percentual de suas populações privadas do acesso à coleta sistemática de lixo, com destaque para a região

Sul, que obteve a maior redução e conseqüentemente o menor índice de privação. As maiores carências desse serviço foram registradas no Nordeste durante todo o período: 88,7% em 2004 e 75% em 2014 (redução de 13,7%). A região Sudeste era a que possuía a menor taxa em 2004, com 61,9%. O Sul obtinha percentual de 69,3%. Porém, com queda de 27,9% nesse indicador, a região Sul alcançou o melhor percentual (41,4%). O Sudeste terminou a série com taxa de 49,1% (queda de 12,8%). Tais percentuais são extremamente diferentes daqueles apresentados pelas zonas urbanas em todas as regiões estudadas, mostrando a discrepância na oferta desse serviço entre as áreas urbanas e rurais dos mesmos estados e regiões.

Tabela 15 – Evolução da população que sobrevive em domicílios privados do serviço de coleta sistemática de lixo, direta ou indiretamente, nas áreas rurais – Privlixo Rural (%)

Estado	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	Varição 2004/14
NORDESTE	88,7	85,0	84,5	83,2	81,7	80,3	80,1	80,1	77,2	75,0	-13,7
MA	94,0	92,0	92,2	90,6	91,5	92,3	88,6	87,1	85,6	84,4	-9,6
PI	98,4	98,0	98,3	95,4	94,7	93,7	90,6	91,9	89,1	87,1	-11,3
CE	92,1	89,1	87,8	87,5	85,5	81,8	86,8	86,4	81,3	80,7	-11,4
RN	61,5	56,6	56,3	55,3	54,4	47,1	63,6	59,1	60,4	57,8	-3,7
PB	93,6	93,8	96,6	92,2	92,0	90,2	81,4	84,4	82,4	77,3	-16,3
PE	88,4	84,3	83,9	83,5	83,3	81,4	75,7	76,2	73,6	73,4	-15,0
AL	82,9	81,6	81,1	79,4	76,8	79,6	76,7	73,2	72,3	66,1	-16,8
SE	87,7	77,7	74,8	75,4	71,1	69,7	55,7	57,3	53,9	56,6	-31,1
BA	88,2	82,6	81,7	80,1	77,5	76,4	76,8	78,2	74,7	71,1	-17,1
SUDESTE	61,9	60,7	57,7	55,5	53,0	49,5	53,0	51,6	49,1	49,1	-12,8
MG	86,6	87,3	75,8	80,7	79,2	76,4	66,2	65,9	63,4	62,7	-23,9
ES	81,7	81,1	84,3	75,3	70,2	69,3	62,9	61,5	56,1	57,9	-23,8
RJ	37,0	35,1	27,2	25,2	23,8	18,6	25,1	22,0	20,9	18,2	-18,8
SP	31,2	27,8	26,7	25,3	23,8	19,2	29,7	26,9	25,0	20,8	-10,4
SUL	69,3	67,3	61,0	55,9	54,0	51,0	49,4	46,3	43,4	41,4	-27,9
PR	74,1	74,1	70,2	66,2	64,5	62,6	55,4	50,2	47,7	45,7	-28,4
SC	67,8	62,4	53,8	51,1	48,1	44,4	43,7	36,7	31,3	33,2	-34,6
RS	66,5	64,3	57,5	50,5	49,0	45,5	48,0	48,8	46,8	43,0	-23,5

Fonte: Resultados obtidos a partir dos dados das PNAD vários anos.

Em 2004, Piauí (98,4%), Maranhão (94%) e Paraíba (93,6%) concentravam os piores índices de privação de acesso à coleta sistemática de lixo, enquanto os melhores foram alcançados por: São Paulo (31,2%), Rio de Janeiro (37%) e Rio Grande do Norte (61,5%), destaca-se a presença de um estado nordestino nessa lista dos melhores índices que quase sempre era formada por estados do Sul e Sudeste. No final do intervalo, as taxas mais elevadas de privação foram observadas nos seguintes estados: Piauí (87,1%), Maranhão (84,4%) e Ceará (80,7%), ao passo que as mais baixas foram observadas em: Rio de Janeiro (18,2%), São Paulo (20,8%) e Santa Catarina (33,2%).

4.3.4 Análise do passivo ambiental entre 2004 e 2014

Uma vez calculados todos os subindicadores, é possível fazer a composição do Passivo Ambiental geral e seus desdobramentos para as áreas urbanas e rurais, conforme demonstrado nas Tabelas 16, 17 e 18 para os anos de 2004 a 2014 (o ano de 2010 não fará parte, pois seus dados são do censo demográfico e os demais são das PNAD). Como o indicador de passivo ambiental é uma ponderação dos três subindicadores que o compõem, seu resultado será reflexo das somas desses subíndices.

Por meio dos dados apresentados na Tabela 16, é possível concluir que as maiores taxas de população vivendo em Passivo ambiental foram encontradas no Nordeste entre 2004 e 2014 (o ano de 2010 não fará parte, pois seus dados são do censo demográfico e os demais são das PNAD), ao passo que as menores foram observadas nas regiões Sul e Sudeste, situação praticamente repetida durante todas as abordagens feitas nesse trabalho.

Tabela 16 – Evolução do Passivo Ambiental Geral (%)

Estado	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	Varição 2004/14
NORDESTE	37,7	36,3	34,9	32,1	30,9	31,5	27,5	27,1	28,5	27,0	-10,7
MA	46,3	43,3	42,2	40,2	34,3	38,2	41,4	41,0	40,6	42,2	-4,1
PI	43,9	42,5	37,6	40,2	38,1	39,9	27,1	26,2	27,9	23,2	-20,7
CE	39,2	38,2	36,7	32,8	30,9	32,9	31,2	31,3	32,7	33,6	-5,6
RN	26,9	24,7	27,7	24,1	27,1	29,1	16,7	24,4	22,3	20,5	-6,4
PB	31,1	31,1	31,2	29,0	28,5	29,3	23,1	21,2	24,3	21,2	-9,9
PE	37,4	36,0	35,1	31,0	31,1	34,2	21,6	24,0	24,1	23,0	-14,4
AL	52,7	45,4	45,6	41,5	38,8	43,5	34,2	32,9	40,4	30,3	-22,4
SE	19,5	19,5	18,8	18,4	17,3	17,5	19,3	19,3	24,0	26,2	6,7
BA	36,0	36,3	33,1	30,0	29,6	30,8	26,6	25,5	25,0	22,8	-13,2
SUDESTE	9,3	9,2	8,7	8,3	8,3	8,0	7,6	6,8	6,8	6,9	-2,4
MG	17,4	18,0	18,7	15,6	14,9	15,4	15,0	14,2	14,4	14,2	-3,2
ES	19,5	18,3	16,8	17,5	20,4	19,8	13,2	12,1	9,9	11,9	-7,6
RJ	9,2	9,6	7,8	8,4	9,2	9,1	8,6	7,0	7,2	6,9	-2,3
SP	4,8	4,3	4,4	4,1	3,7	4,7	3,2	2,8	2,8	3,0	-1,8
SUL	17,8	17,4	16,4	15,5	16,6	17,1	12,6	12,5	12,7	12,5	-5,3
PR	20,1	19,6	18,1	17,7	17,4	17,1	14,2	12,7	12,7	13,3	-6,8
SC	18,3	16,7	15,1	14,9	16,3	18,2	10,9	12,3	13,5	12,6	-5,7
RS	15,7	15,9	15,5	13,9	16,0	16,6	12,2	12,4	12,3	11,9	-3,8

Fonte: Resultados obtidos a partir dos dados das PNAD vários anos.

O Passivo ambiental nordestino era de 37,7% em 2004, número bem mais elevado do que o índice de 9,3% registrado pelo Sudeste. A região Sul obtinha 17,8%, percentual não tão bom quanto o do Sudeste, mas claramente melhor do que o observado na região nordestina. O Nordeste, apesar de uma redução de 10,7%, continua com o pior índice ao final

da série, com taxa de 27%. As reduções alcançadas por Sudeste e Sul são mais tímidas, porém seus indicadores de passivo ambiental eram bem menores que o nordestino no início do período. A região Sudeste encerra a série com taxa de 6,9%, o que representa uma queda de 2,4%. A região Sul finaliza o estudo com percentual de 12,5% graças a uma redução de 5,3%.

De modo geral, quase todos os estados obtiveram queda durante o período analisado, sendo que as maiores reduções foram registradas nos estados nordestinos, especialmente Alagoas (22,4% - de 52,7% para 30,3%) e Piauí (20,7% - de 43,9% para 23,2%). Como o Nordeste apresentava as taxas mais altas, era de se esperar que apresentasse as maiores reduções, porém longe de atingir o nível dos estados do Sul e Sudeste. Sergipe foi o único estado que apresentou piora, registrando aumento de 6,7% no Passivo ambiental, saltando de 19,5% para 26,2%.

Os índices mais elevados no começo da observação eram registrados em: Alagoas (52,7%), Maranhão (46,3%) e Piauí (43,9%), enquanto os mais baixos pertenciam a: São Paulo (4,8%), Rio de Janeiro (9,2%) e Rio Grande do Sul (15,7%). Ao final da análise, os piores indicadores foram observados nos seguintes estados: Maranhão (42,2%), Ceará (33,6%) e Alagoas (30,3%), apesar de Alagoas registrar a maior queda (22,4%) no período, ainda figura no ranking dos piores colocados, evidenciando a situação bastante precária em que se encontrava no ano de 2004, porém isso não quer dizer que sua situação esteja num bom patamar ao fim da série; em 2014, os melhores indicadores eram obtidos por: São Paulo (3%), Rio de Janeiro (6,9%), Rio Grande do Sul e Espírito Santo (11,9% cada).

As Tabelas 17 e 18 evidenciam as duas realidades exacerbadamente distintas em que se encontram as populações urbanas e rurais entre 2004 e 2014 (o ano de 2010 não fará parte, pois seus dados são do censo demográfico e os demais são das PNAD). Tais discrepâncias não ocorrem exclusivamente entre estados de regiões diferentes, mas dentro dos próprios estados. Para exemplificar essa situação, basta observar o que ocorreu com o estado de São Paulo que apresentou os menores índices para as áreas urbanas tanto em 2004 como em 2014 e o 2º menor índice para as áreas rurais em 2014, embora tenha apresentado o menor em 2004. O Passivo ambiental rural de São Paulo era aproximadamente 16,8 vezes superior ao passivo ambiental urbano em 2004. Em 2014, a taxa subiu para 24,8 vezes. Essa diferença ocorre em todos os estados analisados, mostrando que a população rural é desprovida de serviços essenciais ao bem-estar e não é à toa que a população rural diminui a cada ano e a urbana cresce com o inchaço populacional causado em boa parte pelo êxodo rural.

De acordo com os dados observados na Tabela 17, destaca-se o Sudeste com os melhores indicadores e o Nordeste com os piores entre 2004 e 2014 (o ano de 2010 não fará

parte, pois seus dados são do censo demográfico e os demais são das PNAD). Em 2004, o passivo ambiental para as áreas urbanas era de 20,9% no Nordeste, ao passo que apenas 4,5% no Sudeste e 7,9% no Sul. Em 2014, o Nordeste registra queda de 8,2% resultando numa taxa de 12,7%. O passivo ambiental para as áreas urbanas no Sudeste recua 1,3% ao fim da série, e encerra com taxa de 3,2%. A região Sul apresenta taxa de 6% em 2014, uma redução de 1,9%.

Tabela 17 – Evolução do Passivo ambiental nas áreas urbanas – Passivo Ambiental Urbano (%)

Estado	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	Varição 2004/14
NORDESTE	20,9	19,4	18,3	15,5	15,0	16,3	12,8	12,6	13,7	12,7	-8,2
MA	28,2	23,2	21,3	21,5	16,0	21,1	22,3	22,0	21,1	23,9	-4,3
PI	19,8	17,7	12,5	14,0	14,0	21,3	7,9	8,4	6,2	5,1	-14,7
CE	26,0	24,5	23,5	19,8	18,1	21,0	14,4	15,2	16,1	18,1	-7,9
RN	15,9	12,7	16,5	13,1	17,8	20,8	8,3	5,0	12,9	11,5	-4,4
PB	15,1	15,7	15,8	14,1	12,9	13,1	10,7	8,3	10,9	7,6	-7,5
PE	23,0	22,2	21,8	16,7	17,1	22,0	11,2	13,5	13,9	12,5	-10,5
AL	36,8	29,7	30,7	28,1	22,2	28,3	20,8	19,8	28,7	18,6	-18,2
SE	8,6	8,7	9,6	8,1	7,2	7,5	7,6	7,2	9,9	11,7	3,1
BA	15,3	15,6	12,7	9,2	11,1	13,1	11,7	10,6	10,0	8,9	-6,4
SUDESTE	4,5	4,4	4,1	3,8	3,8	3,7	3,7	3,1	3,0	3,2	-1,3
MG	5,6	6,1	6,2	4,3	4,0	4,3	4,3	4,0	3,9	3,9	-1,7
ES	5,9	6,3	5,4	5,3	8,2	6,0	4,2	3,8	2,5	3,4	-2,5
RJ	7,8	7,9	6,4	7,0	7,7	7,2	7,5	6,0	6,2	6,1	-1,7
SP	2,6	2,1	2,4	2,1	1,8	1,9	1,7	1,5	1,3	1,7	-0,9
SUL	7,9	8,2	7,6	7,0	7,7	9,6	5,5	5,4	6,2	6,0	-1,9
PR	10,1	10,0	9,4	8,9	8,7	9,2	7,0	6,0	5,8	6,8	-3,3
SC	7,3	6,8	5,5	5,5	7,2	10,1	4,3	5,5	8,2	5,9	-1,4
RS	6,2	7,1	7,0	6,0	7,2	9,5	4,7	5,0	5,4	5,4	-0,8

Fonte: Resultados obtidos a partir dos dados das PNAD vários anos.

Os estados do Nordeste novamente protagonizaram os piores resultados. As taxas mais altas em Passivo ambiental para as áreas urbanas em 2004 eram obtidas por: Alagoas (36,8%), Maranhão (28,2%) e Ceará (26%), ao passo que os melhores foram observados em: São Paulo (2,6%), Minas Gerais (5,6%) e Espírito Santo (5,9%). Em 2014, houve pequenas modificações na ordem em que aparecem os melhores e piores colocados, mas não muda os protagonistas, seja para o aspecto positivo ou negativo, o ranking dos piores colocados trazia: Maranhão (23,9%), Alagoas (18,6%) e Ceará (18,1%), enquanto os melhores foram os seguintes estados: São Paulo (1,7%), Espírito Santo (3,4%) e Minas Gerais (3,9%), todos na região Sudeste.

De acordo com os dados representados na Tabela 18 para os anos de 2004 a 2014 (o ano de 2010 não fará parte, pois seus dados são do censo demográfico e os demais são das

PNAD), é possível observar que, quando se trata de áreas rurais, as carências são bem maiores que aquelas registradas nas áreas urbanas, ficando evidente a necessidade de ações que sejam capazes de reduzir de maneira acentuada as privações pelas quais as populações rurais atravessam. Tais ações precisam ser implementadas em conjunto, pois só assim haverá uma queda contundente nesse indicador de privação que reúne três serviços essenciais para uma boa qualidade de vida (acesso à água tratada, saneamento e coleta de lixo).

Tabela 18 – Evolução do Passivo ambiental nas áreas rurais – Passivo Ambiental Rural (%)

Estado	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	Variação 2004/14
NORDESTE	84,1	82,4	81,3	78,8	76,5	75,4	72,1	70,5	72,4	69,8	-14,3
MA	88,1	86,5	88,7	83,5	79,8	79,6	72,2	70,4	69,3	71,6	-16,5
PI	87,4	86,1	79,9	84,0	80,0	71,7	65,9	63,6	73,9	61,6	-25,8
CE	87,1	85,1	84,2	79,9	77,5	77,4	79,6	79,1	79,7	78,0	-9,1
RN	59,5	58,4	59,7	55,8	53,3	52,2	54,9	50,2	62,4	58,9	-0,6
PB	92,1	91,2	90,5	87,6	90,5	90,8	81,9	77,5	80,2	82,4	-9,7
PE	88,1	86,3	85,5	82,9	83,0	80,8	73,6	73,8	73,2	71,8	-16,3
AL	84,4	79,6	80,5	74,4	75,9	78,6	71,9	68,3	71,1	63,8	-20,6
SE	71,8	70,7	62,1	67,9	68,7	66,1	53,1	54,2	62,0	63,8	-8,0
BA	83,0	81,4	80,0	77,7	73,6	73,3	72,6	71,2	71,4	67,2	-15,8
SUDESTE	69,3	68,6	66,6	65,1	63,7	61,5	65,7	61,1	61,6	61,4	-7,9
MG	87,4	87,6	80,4	84,2	83,6	81,5	75,8	71,4	72,4	72,5	-14,9
ES	88,0	82,9	85,2	77,4	79,8	74,2	69,4	66,4	58,2	61,4	-26,6
RJ	58,4	59,1	54,5	52,6	52,9	49,8	52,2	47,1	44,1	39,7	-18,7
SP	43,7	42,9	42,5	40,2	37,8	36,7	46,9	41,9	45,3	42,2	-1,5
SUL	67,2	64,5	61,4	59,7	61,5	56,9	55,5	54,0	51,8	52,3	-14,9
PR	75,9	73,0	68,5	70,0	68,3	65,6	64,6	59,3	61,9	59,8	-16,1
SC	71,2	68,1	63,1	62,4	62,3	58,8	46,8	50,0	43,7	49,1	-22,1
RS	58,8	56,3	55,2	50,7	56,0	49,4	53,6	52,4	48,8	48,6	-10,2

Fonte: Resultados obtidos a partir dos dados das PNAD vários anos.

As localidades rurais como um todo vivenciam esse cenário de privação que não se aplica exclusivamente ao Nordeste, muito embora essa região continue a apresentar altos índices relacionados a esse indicador, é possível observar que estados do Sul e Sudeste não estão exatamente num patamar muito acima, longe disso. Ocorre um nivelamento para baixo, não sendo possível afirmar que algum estado ou região esteja numa situação relativamente boa. Pelo contrário, apesar de alguns estados apresentarem números bem melhores que outros, todos necessitam de políticas que promovam o acesso das populações rurais aos serviços básicos, o que não ocorreu de forma significativamente capaz de alterar a difícil realidade rural durante os 10 anos examinados. Melhoras que foram suficientes apenas para diminuir o tamanho do problema, mas não para resolvê-lo.

A Tabela 18 reúne os dados para as áreas rurais, sendo possível observar que não há uma discrepância tão evidente entre Nordeste e Sul e Sudeste. Em 2004, a região nordestina possuía um elevado passivo ambiental de 84,1%, porém dessa vez Sudeste, com 69,3% e Sul, com 67,2% também tinham números nada animadores. Ao final do período, as regiões Sul e Nordeste registram as maiores reduções (14,9% e 14,3% respectivamente), enquanto o Sudeste conseguiu diminuição de 7,9%. Isso resultou nas seguintes taxas em 2014: Nordeste (69,8%), Sudeste (61,4%) e Sul (52,3%). Dessa vez não se observa uma diferença tão acentuada entre o Nordeste e o Sul e Sudeste. Entretanto isso não quer dizer que o Nordeste esteja num cenário favorável, acontece que tanto Sudeste como Sul apresentam números ruins para as áreas rurais, percentuais bem maiores que aqueles observados nas áreas urbanas, mesmo assim em patamares mais baixos do que as taxas nordestinas.

Analisando os desdobramentos para as áreas rurais, a Tabela 18 mostra que, em 2004, as maiores taxas de passivo ambiental pertenciam aos seguintes estados: Paraíba (92,1%), Maranhão e Pernambuco (88,1% cada), embora os três piores colocados sejam situados no Nordeste, é válido destacar que Espírito Santo (88%) e Minas Gerais (87,4%) não ficam muito atrás, apresentando taxas também bastante elevadas; os menores indicadores eram obtidos por: São Paulo (43,7%), Rio de Janeiro (58,4%) e Rio Grande do Sul (58,8%). Chegando ao fim do período estudado, os piores índices eram apresentados por: Paraíba (82,4%), Ceará (78%) e Minas Gerais (72,5%), um estado do Sudeste aparece entre os três piores, situação atípica, mas que demonstra que quando se trata de áreas rurais, nenhuma região se encontra numa posição bastante favorável. Rio de Janeiro (39,7%), São Paulo (42,2%) e Rio Grande do Sul (48,6%) detinham as menores taxas. As maiores reduções foram registradas por: Espírito Santo (26,6% - de 88% para 61,4%), Piauí (25,8% - de 87,4% para 61,6%) e Santa Catarina (22,1% - de 71,2% para 49,1%), ranking bem heterogêneo que tem um representante de cada região.

4.4 Evolução do índice de exclusão social entre 2004 e 2014

Uma vez que foram calculados os três indicadores que compõem o Índice de Exclusão Social (IES): passivo social, passivo econômico e passivo ambiental; será possível estimar o IES para as regiões Nordeste, Sul e Sudeste entre 2004 e 2014, no geral, bem como os desdobramentos para as áreas urbanas e rurais. Desse modo, será possível detectar se houve aumento ou queda da população socialmente excluída durante o período analisado e observar as enormes diferenças entre a região menos privilegiada que enfrenta níveis elevados de exclusão e aquelas mais favorecidas que apresentam números mais satisfatórios.

A Tabela 19 expõe as evoluções dos IES das regiões Nordeste, Sudeste e Sul e seus respectivos estados entre 2004 e 2014 (o ano de 2010 não fará parte, pois seus dados são do censo demográfico e os demais são das PNAD). Analisando esses resultados, é possível constatar que o Nordeste apresentou os índices mais elevados de exclusão social durante toda a série. No início da análise, 37,3% da população nordestina era qualificada como socialmente excluída, um número inaceitável. A redução de 4,4% foi muito aquém para mudar de forma significativa essa triste realidade. O IES nordestino foi de 32,9% em 2014.

Tabela 19 – Evolução do Índice de Exclusão Social Geral – IES Geral (%)

Estado	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	Varição 2004/14
NORDESTE	37,3	37,1	36,6	35,5	34,5	34,7	33,2	33,7	33,6	32,9	-4,4
MA	41,4	40,7	40,4	38,6	35,7	36,7	40,5	41,0	38,8	39,3	-2,1
PI	41,1	41,5	39,8	39,2	37,3	38,6	34,6	33,9	34,4	33,1	-8,0
CE	37,7	37,9	36,7	35,5	34,2	34,5	34,9	34,3	35,3	35,6	-2,1
RN	32,0	31,3	31,9	29,8	30,8	31,6	29,4	30,2	29,9	30,1	-1,9
PB	35,7	35,0	35,9	34,1	35,0	35,6	31,4	31,5	33,4	30,1	-5,6
PE	36,2	35,7	35,9	36,1	34,0	35,5	30,4	31,8	31,0	30,0	-6,2
AL	46,2	44,0	43,9	39,2	42,1	42,4	38,5	38,2	40,3	38,4	-7,8
SE	27,9	30,1	30,7	30,4	27,7	28,9	30,0	30,3	32,2	32,2	4,3
BA	36,4	36,6	35,5	34,2	34,0	34,2	31,4	33,2	31,9	30,9	-5,5
SUDESTE	13,9	14,6	14,3	14,5	13,9	14,2	13,1	13,3	13,2	13,1	-0,8
MG	20,4	21,2	21,3	20,3	19,5	19,6	19,1	19,1	19,1	19,0	-1,4
ES	20,8	20,6	20,4	20,3	20,8	21,7	16,8	17,0	17,8	17,3	-3,5
RJ	12,9	14,5	14,0	14,9	14,4	14,6	14,1	14,0	13,8	13,7	0,8
SP	10,7	11,0	10,9	11,0	10,5	11,2	9,5	9,9	9,7	9,7	-1,0
SUL	16,0	16,5	16,5	16,2	16,3	16,3	14,2	14,6	14,4	14,1	-1,9
PR	18,4	19,2	18,7	18,0	17,8	17,8	15,5	15,4	15,0	14,9	-3,5
SC	12,9	13,0	12,8	13,0	14,1	13,9	11,3	12,1	12,6	12,1	-0,8
RS	15,4	16,1	16,4	16,1	16,0	16,1	14,9	15,2	14,8	14,6	-0,8

Fonte: Resultados obtidos a partir dos dados das PNAD vários anos.

As regiões Sudeste e Sul apresentaram os menores índices de exclusão social ao longo de todo o período analisado. Em 2004, o IES do Sudeste era de 13,9% e, após redução de 0,8%, terminou a análise com percentual de 13,1%. A região Sul registrou taxa de 16% em 2004 e, graças a uma queda de 1,9%, chegou ao fim do período com 14,1% de sua população classificada como socialmente excluída. Números bem menos elevados em comparação ao Nordeste.

Praticamente todos os estados analisados conseguiram reduzir o percentual de suas populações socialmente excluídas, com exceção de Sergipe e Rio de Janeiro, que registraram altas de 4,3% e 0,8% respectivamente, piorando o quadro de privações vivenciado

por suas populações. Alagoas (46,2%), Maranhão (41,4%) e Piauí (41,1%) possuíam os piores IES em 2004, em contrapartida os melhores pertenciam a São Paulo (10,7%), Rio de Janeiro e Santa Catarina (12,9% cada). Em 2014, as taxas mais elevadas foram registradas por: Maranhão (39,3%), Alagoas (38,4%) e Ceará (35,6%). Apesar de Alagoas obter a 2ª maior queda, com redução de 7,8% continua na lista dos piores desempenhos, isso ilustra o quão alto era seu IES, embora continue a ser. São Paulo (9,7%), Santa Catarina (12,1%) e Rio de Janeiro, mesmo apresentando piora no IES, (13,7%) obtinham as menores taxas de suas populações qualificadas como socialmente excluídas.

Com base no que foi apresentado, é possível registrar a dimensão das desigualdades regionais existentes. É possível constatar que o espaço de tempo estudado de 10 anos não foi o suficiente para mudar essa realidade de desigualdade que assola o País, uma vez que a regressão de apenas 4,4% do índice de exclusão social nordestino é muito pouco para o tamanho do problema, sendo observada uma tendência de manutenção das desigualdades socioeconômicas. A jornada é bem mais longa, árdua e fatigante. Enquanto isso, boa parte da população nordestina, principalmente nas áreas rurais, são obrigadas a sobreviver em condições precárias, onde os serviços mais básicos são negados. Assim sendo, esse quadro vai sendo prolongado cada vez mais sem nenhuma perspectiva de melhora considerável.

A Tabela 20 apresenta os IES para as áreas urbanas entre 2004 e 2014 (o ano de 2010 não fará parte, pois seus dados são do censo demográfico e os demais são das PNAD). Vale salientar que os números são bem menores do que nas áreas rurais, uma vez que todos os indicadores anteriormente analisados no trabalho refletiam a realidade bem mais difícil que as populações rurais vivenciavam, tanto no Nordeste como no Sul e Sudeste, porém em situação mais crítica na região nordestina.

Analisando os desdobramentos para as áreas urbanas, constata-se que Sul e Sudeste possuem os melhores resultados e bem similares entre si. Ao contrário do Nordeste, que sempre esteve com os piores resultados. O IES da população urbana nordestina era de 28,6% em 2004 e, após retraimento de 3,2%, chegou ao fim da análise com uma taxa de 25,4% de sua população classificada como socialmente excluída. Em 2004, o IES do Sudeste foi de 11,6% e, após uma queda de 0,3%, termina a série com percentual de 11,3%, igual ao registrado pelo Sul, que chega a 2014 com IES de 11,3% resultante de uma retração de 0,7%, uma vez que sua taxa era de 12% em 2004. Isso mostra que as regiões Sudeste e Sul apresentam indicadores bastante similares entre si. Enquanto o Nordeste vivencia situação muito mais difícil.

Tabela 20 – Evolução do Índice de Exclusão Social nas áreas urbanas – IES Urbano (%)

Estado	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	Varição 2004/14
NORDESTE	28,6	28,5	28,0	27,1	26,2	26,8	25,4	25,9	25,7	25,4	-3,2
MA	32,4	31,5	29,5	29,6	26,5	27,6	30,0	30,4	27,8	29,7	-2,7
PI	28,2	28,1	25,9	25,7	24,8	27,4	25,8	25,5	23,6	23,6	-4,6
CE	30,7	31,0	30,0	29,1	27,7	28,5	26,0	26,2	26,8	27,4	-3,3
RN	26,0	24,6	25,7	23,5	25,3	26,3	24,3	21,5	24,5	24,6	-1,4
PB	28,4	28,0	29,0	28,2	27,6	28,2	25,2	25,3	26,9	23,3	-5,1
PE	29,0	28,7	29,0	28,0	27,0	29,4	24,4	25,8	25,5	24,4	-4,6
AL	36,6	34,8	34,5	33,1	32,6	34,2	31,1	31,3	32,7	32,0	-4,6
SE	21,5	24,2	25,4	23,0	21,9	23,0	22,5	22,5	23,7	23,9	2,4
BA	25,8	26,0	25,0	24,3	24,1	24,6	23,4	25,1	23,9	23,6	-2,2
SUDESTE	11,6	12,2	12,1	12,3	11,7	12,1	11,2	11,4	11,3	11,3	-0,3
MG	15,1	15,8	15,5	15,3	14,5	14,6	14,1	14,1	14,0	14,2	-0,9
ES	15,1	15,3	15,4	15,0	15,5	15,7	13,0	13,4	14,5	13,8	-1,3
RJ	12,3	13,7	13,3	14,2	13,7	13,7	13,4	13,4	13,3	13,1	0,8
SP	9,6	10,4	9,9	9,9	9,5	10,0	8,8	9,3	9,1	9,1	-0,5
SUL	12,0	12,8	12,7	12,5	12,5	13,0	11,2	11,5	11,6	11,3	-0,7
PR	14,1	15,1	14,8	14,1	14,0	14,1	12,4	12,3	12,2	12,0	-2,1
SC	9,0	9,3	9,1	9,4	10,5	10,7	8,4	9,4	10,1	9,2	0,2
RS	11,6	12,5	12,7	12,6	12,2	13,0	11,7	11,9	11,8	11,7	0,1

Fonte: Resultados obtidos a partir dos dados das PNAD vários anos.

Sergipe (2,4%), Rio de Janeiro (0,8%), Santa Catarina (0,2%) e Rio Grande do Sul (0,1%) foram os únicos estados que apresentaram altas em seus IES para as áreas urbanas. Entretanto, enquanto esses estados do Sudeste e Sul possuíam IES considerados bons, o estado nordestino não dispunha de situação tão favorável. Em 2004, os estados recordistas com piores IES foram: Alagoas (36,6%), Maranhão (32,4%) e Ceará (30,7%), posições que seguem inalteradas em 2014, apenas com taxas menores: Alagoas (32%), Maranhão (29,7%) e Ceará (27,4%), ou seja, esses estados pouco fizeram para mudar suas posições nada honrosas. Do outro lado, os menores IES pertenciam a: Santa Catarina (9%), São Paulo (9,6%) e Rio Grande do Sul (11,6%) em 2004. Chegando a 2014, os melhores IES eram observados em: São Paulo (9,1%), Santa Catarina, mesmo com piora, (9,2%) e Rio Grande do Sul, apesar de aumento, (11,7%).

De acordo com os dados apresentados na Tabela 21 para as áreas rurais entre 2004 e 2014 (o ano de 2010 não fará parte, pois seus dados são do censo demográfico e os demais são das PNAD), o Nordeste mais uma vez apresenta os piores IES durante todo o período observado. O percentual de socialmente excluídos nas áreas rurais nordestinas era de alarmantes 61% em 2004. Apesar de registrar maior redução do que as outras regiões, com queda de 5,5%, o Nordeste indica 55,5% de sua população rural classificada como

socialmente excluída em 2014. Na outra ponta, a região Sul detém os menores IES em todos os anos, iniciando com taxa de 35,8% em 2004 e finalizando com 31,5% em 2014, uma redução de 4,3%. O Sudeste consegue uma queda de 3%, fazendo seu IES regredir de 42,5% em 2004 para 39,5% em 2014.

Tabela 21 – Evolução do Índice de Exclusão Social nas áreas rurais – IES Rural (%)

Estado	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	Variação 2004/14
NORDESTE	61,0	60,4	60,5	58,9	58,1	57,2	57,1	57,0	57,1	55,5	-5,5
MA	62,2	61,2	64,5	59,5	58,3	58,6	57,5	57,4	55,2	54,6	-7,6
PI	64,1	64,9	63,0	61,7	59,1	57,7	52,2	51,6	57,4	53,1	-11,0
CE	62,6	61,0	60,4	58,3	58,0	56,7	60,4	58,2	59,4	58,9	-3,7
RN	49,7	49,8	49,1	47,9	46,5	46,3	51,1	49,6	51,9	51,2	1,5
PB	62,6	62,0	61,7	61,9	63,9	63,1	60,6	58,2	60,5	60,4	-2,2
PE	61,3	60,8	61,6	59,6	59,6	58,6	59,0	60,3	57,2	56,2	-5,1
AL	66,0	63,7	65,5	58,7	63,4	61,1	59,2	56,9	60,1	56,6	-9,4
SE	58,3	57,9	55,7	56,5	57,0	57,7	51,8	52,8	55,2	53,9	-4,4
BA	60,1	59,7	59,2	59,5	57,4	57,1	56,2	57,9	56,5	54,3	-5,8
SUDESTE	42,5	43,1	42,0	41,6	40,7	40,6	41,2	40,4	40,2	39,5	-3,0
MG	51,8	52,8	48,2	50,5	51,4	49,8	47,5	47,0	47,0	45,8	-6,0
ES	49,2	49,4	50,3	46,2	46,6	47,4	40,5	40,4	39,7	38,0	-11,2
RJ	36,2	40,0	38,5	37,0	36,7	35,6	40,4	38,0	33,8	33,6	-2,6
SP	30,2	29,6	30,6	30,1	27,0	28,4	28,3	27,3	28,0	27,9	-2,3
SUL	35,8	35,8	35,7	35,2	35,4	33,4	32,8	32,5	31,1	31,5	-4,3
PR	42,3	42,0	41,4	41,2	40,4	39,9	37,3	36,2	35,3	35,2	-7,1
SC	31,8	31,9	31,2	31,3	32,4	29,8	27,0	26,9	26,4	27,9	-3,9
RS	32,8	32,7	33,7	32,6	33,2	30,4	32,6	32,9	30,5	30,9	-1,9

Fonte: Resultados obtidos a partir dos dados das PNAD vários anos.

Em termos de IES rural, os estados nordestinos concentraram novamente as mais elevadas taxas de exclusão do início ao fim da análise: Alagoas (66%), Piauí (64,1%), Ceará e Paraíba (62,6% cada) em 2004 e Paraíba (60,4%), Ceará (58,9%) e Alagoas (56,6%) em 2014. Paraíba, Ceará e Alagoas se mantiveram na lista dos piores tanto no começo como no final do período. Os estados com menores IES em 2004 foram: São Paulo (30,2%), Santa Catarina (31,8%) e Rio Grande do Sul (32,8%). Em 2014 os melhores indicadores pertenciam a São Paulo e Santa Catarina (27,9% cada) e Rio Grande do Sul (30,9%). Vale registrar que todos os estados conseguiram reduzir seus índices de exclusão social para as áreas rurais, sendo as maiores reduções observadas em: Espírito Santo (11,2%), Piauí (11%) e Alagoas (9,4%).

5 CONCLUSÕES

O presente estudo teve por objetivo fazer uma análise comparativa dos indicadores sociais e econômicos do Nordeste e seus estados com aqueles das regiões Sudeste e Sul e seus respectivos estados, aferindo a dinâmica da variação de cada indicador durante o período de 2004 a 2014 para as regiões apresentadas, bem como os desdobramentos para as zonas urbanas e rurais, aferindo a evolução ou involução desses indicadores de educação, renda, acesso à água encanada, saneamento básico e coleta sistemática de lixo. Além disso, almejou estimar o Índice de Exclusão Social (IES) para os estados do Nordeste comparativamente aos estados das regiões Sudeste e Sul com desdobramentos para as áreas rurais e urbanas no período de 2004 a 2014.

Tais objetivos foram alcançados, pois conforme demonstrado pelos resultados obtidos entre 2004 e 2014 (o ano de 2010 não fez parte do estudo, pois seus dados são do censo demográfico e os demais são das PNAD), é fácil detectar a discrepância existente entre Nordeste e as regiões Sul e Sudeste. A região nordestina reúne as mais altas taxas de privações tanto de renda como de educação e de acesso aos serviços essenciais de água encanada, saneamento básico e coleta de lixo, constatação esta observada do início ao fim da série durante os dez anos de análise.

O indicador de passivo social registrou quedas entre 2004 e 2014 nas três regiões. Porém ainda se encontra em situação ruim na região Nordeste, que registrou 16,6% de sua população maior de 15 anos analfabeta em 2014, enquanto Sudeste deteve 4,6% e Sul 4,4%. Para as zonas urbanas, o Nordeste registrou 12,4%, ao passo que Sudeste 4% e Sul 3,8%. Nas zonas rurais os percentuais são mais elevados: Nordeste (29%), Sudeste (12,2%) e Sul (8,1%).

O indicador de passivo econômico apresentou altas entre 2004 e 2014 tanto para o Nordeste como para o Sudeste e Sul, destacando uma piora desse indicador. Porém o cenário nordestino é bem mais difícil, onde 54,3% de sua população sobrevivia em domicílios cuja renda variava entre zero e dois salários mínimos em 2014, enquanto Sudeste apresentou 26,9% e Sul 25,2%. Para as zonas urbanas as taxas foram menores: Nordeste (49,2%), Sudeste (25,5%) e Sul (23,2%), ao passo que para as áreas rurais o quadro piora consideravelmente: Nordeste (69,8%), Sudeste (48,1%) e Sul (37%).

O subindicador de privação de água apresenta reduções nas três regiões. Todavia o percentual nordestino ainda é bastante elevado, onde 20,1% de sua população sobrevivia em domicílios privados do acesso ao serviço de água encanada com, ao menos, um ponto de torneira em 2014, enquanto Sudeste registrou 7,9% e Sul 12,1%. Nas zonas urbanas, o

Nordeste apresentou 7,1%, o Sudeste 3,3% e o Sul 3,4%. Nas áreas rurais, os percentuais foram extremamente elevados: Nordeste (59,2%), Sudeste (73,9%) e Sul (65,2%).

O subindicador de privação de saneamento declinou nas três regiões e apresentou queda substancial de 15,7% no Nordeste. Apesar disso, essa região ainda registrava 39% de sua população sobrevivendo em domicílios privados do acesso ao serviço de esgotamento sanitário ou fossa séptica dentro de casa em 2014, enquanto Sudeste apresentava 8,6% e Sul 18,5%. Para as áreas urbanas, os números foram melhores: Nordeste (26,7%), Sudeste (5,1%) e Sul (13,6%), ao passo que os percentuais observados para as zonas rurais foram bastante elevados: Nordeste (76%), Sudeste (59,4%) e Sul (48,8%).

O subindicador de privação de acesso à coleta de lixo também foi reduzido em todas as regiões estudadas. Entretanto, o percentual nordestino continuou elevado, com 21% de sua população sobrevivendo em domicílios privados do serviço de coleta sistemática de lixo, direta ou indiretamente em 2014. Do outro lado, o Sudeste registrou 3,9% e Sul 6,1%. Nas zonas urbanas, os números são significativamente baixos: Nordeste (3%), Sudeste (0,7%) e Sul (0,3%). Porém nas áreas rurais a situação é extremamente diferente: Nordeste (75%), Sudeste (49,1%) e Sul (41,4%).

O indicador de passivo ambiental, composto pelos três subindicadores anteriormente citados, regrediu tanto para o Nordeste como para Sudeste e Sul. Apesar da redução de 10,7% no passivo ambiental nordestino, seu percentual continuou bastante elevado em 2014, com 27%, enquanto o Sudeste registrou 6,9% e Sul 12,5%. Nas áreas urbanas os valores foram bem mais reduzidos: Nordeste (12,7%), Sudeste (3,2%) e Sul (6%). Para as zonas rurais, os números disparam: Nordeste (69,8%), Sudeste (61,4%) e Sul (52,3%).

Por fim, o Índice de Exclusão Social (IES), formado por todos esses indicadores, apresentou tímidas reduções para as três regiões entre 2004 e 2014: Nordeste (4,4%), Sudeste (0,8%) e Sul (1,9%). A região nordestina apresentou 32,9% de sua população classificada como socialmente excluída em 2014, número bastante elevado, ao passo que o Sudeste registrou 13,1% e Sul 14,1%. O IES urbano foi menor para todas as regiões: Nordeste (25,4%), Sudeste e Sul (11,3% cada). A realidade para as áreas rurais é bem mais difícil. Mais da metade da população rural nordestina era considerada excluída socialmente em 2014, mais precisamente 55,5%, um número inaceitável. No outro extremo, a região Sudeste registrava 39,5% e o Sul 31,5%.

É possível afirmar que pouca coisa mudou ao longo do período analisado, uma vez que os estados que possuíam os piores índices de exclusão social no começo do estudo ainda detém os mais altos percentuais em 2014, enquanto que os estados com melhor

desempenho também não foram alterados, não havendo nenhuma mudança significativa. Os dados apresentados mostraram que ocorre uma grande assimetria nos indicadores de privação entre a região Nordeste e o Sul e Sudeste durante toda a análise. Porém essas desigualdades são observadas também dentro das próprias regiões e estados, uma vez que as populações rurais sempre apresentaram números bem piores em todos os indicadores de privação em comparação com as áreas urbanas.

As relativas melhorias alcançadas pelos estados nordestinos não foram suficientes para diminuir as desigualdades de forma efetiva, continuando a configurar tal região como a que apresenta os piores índices de exclusão. Assim, esta pesquisa demonstrou que, ao longo dos dez anos analisados, as desigualdades foram mantidas entre a região Nordeste e as regiões Sudeste e Sul.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. Estratégia de desenvolvimento e combate à pobreza. **Estudos avançados**, São Paulo, v.9, n.24, p.75-116, 1995.
- ASSIS, Renato Linhares de. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia aplicada**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 1, p. 75-89, jan-mar. 2006.
- AZEREDO, B.; DUNCAN P.G. (Coord.). **A experiência da área de desenvolvimento social no período 1996-2002**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001: luta contra a pobreza**. Washington D.C.: Oxford University, 2001.
- _____. **O desenvolvimento e a próxima geração**. Washington D.C.: World Bank, 2007.
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 123-142, 2000.
- _____. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0800.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2017.
- BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA Gabriel (Org.). Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. In: _____. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, v.1, p.15-85, 2006.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas emendas constitucionais de revisão n. 1 a 6/94, pelas emendas constitucionais n. 1/92 a 91/2016 e pelo decreto legislativo n. 186/2008. Brasília: Senado Federal, 2016. 496 p.
- BRASIL, IPEA. A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. **Comunicado do IPEA**, n. 155, 2012.
- BUAINAIN, Antônio Márcio. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. 1. ed. Brasília: IICA, 2006. 136 p. (Série Desenvolvimento rural sustentável, v. 5).
- CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, v.1, n.2, jul-dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03>>. Acesso em 20 jun. 2017.
- FRANÇA, João Mário Santos de; FRANÇA, Natália Cecília de; CARVALHO, José Raimundo. Pobreza multidimensional e pobreza monetária no Nordeste: análise comparativa da focalização do programa bolsa família em 2012. **Ensaio Sobre a Pobreza e a Desigualdade**, Fortaleza, n. 24, jan. 2015.
- FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nacional, 1983.

GUIMARÃES, J. R. S. **Pobreza e desigualdade no Brasil**: do discurso hegemônico e medição espúria as raízes da questão. Salvador: SEI, 2003.

HELFAND, Steven M.; ROCHA, Rudi; VINHAIS, Henrique E.F. Pobreza e desigualdade de renda no Brasil rural: uma análise da queda recente. **Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)**, Rio de Janeiro: IPEA, v. 39, n. 1, p. 59-80, abr. 2009.

HOFFMANN, Rodolfo. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 81-107.

HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. Origem familiar e desigualdade de renda na agricultura. **Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)**, Rio de Janeiro: IPEA, v. 33, n. 3, p. 541-572, dez. 2003.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra Por Domicílios (PNAD) 2011**. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em 22 fev. 2017.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra Por Domicílios (PNAD) 2012**. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em 22 fev. 2017.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra Por Domicílios (PNAD) 2013**. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em 22 fev. 2017.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra Por Domicílios (PNAD) 2014**. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em 22 fev. 2017.

LABORATÓRIO Brasil. Direção: Roberto Stefanelli. Produção: Getsemane Silva e Marcyia Reis. Brasília: TV Câmara, Câmara dos Deputados, 2011 (59 min). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/DOCUMENTARIOS/175503-LABORATORIO-BRASIL.html>>. Acesso em 06 abr. 2017.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 25-59, jun. 2002.

LE MOS, José de Jesus Sousa. **Mapa da exclusão social no Brasil**: radiografia de um país assimetricamente pobre. 3. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

MEDEIROS, Marcelo. **Medidas de desigualdade e pobreza**. Brasília: UnB, 2012.

PROCÓPIO, Igor Vieira; BASTOS, Suzana Quinet de Andrade; FREGUGLIA, Ricardo da Silva. Efeitos da mobilidade intermunicipal sobre a desigualdade de renda no Brasil: uma análise contrafactual. **Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)**, Rio de Janeiro: IPEA, v. 44, n. 3, p. 609-634, dez. 2014.

RAMALHO, Deolinda de Sousa. Degradação ambiental urbana e pobreza: a percepção dos riscos. **Raízes**, Campina Grande, v. 18, n. 19, p.16-30, 1999.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RODRIGUES, E. V. *et al.* A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal. **Sociologia**, v. 1, n. 9, p. 63-101, 1999.

SALM, Cláudio. Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil: uma leitura crítica. In: BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; Gabriel ULYSSEA (Org.).

Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, v.1, p.129-161.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia.** São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS JÚNIOR, Enestor da Rosa; MENEZES-FILHO, Naércio; FERREIRA, Pedro Cavalcanti. Migração, seleção e diferenças regionais de renda no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)**, Rio de Janeiro: IPEA, v. 35, n. 3, p. 299-331, dez. 2005.

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. **Desenvolvimento em questão.** Ijuí: Unijuí, v. 1, n. 1, p. 45-71, jan-jun 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório de desenvolvimento humano.** Nova York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 1990.

_____. **Relatório de desenvolvimento humano.** Nova York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 1994.

_____. **Relatório de desenvolvimento humano.** Nova York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 1997.

_____. **Relatório de desenvolvimento humano.** Nova York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2006.

_____. **Relatório de desenvolvimento humano.** Nova York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2014.

VINHAIS, Henrique; SOUZA, André Portela. Pobreza relativa ou absoluta? A linha híbrida de pobreza no Brasil. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 34., 2006, Salvador. **Anais do Encontro Nacional de Economia.** Salvador: ANPEC, 2006. p. 1-18.